

# revista Conselhos

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO



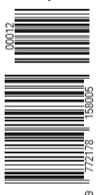
## ALQUIMIA DA JUVENTUDE

Artur Grynbaum,  
presidente de  
O Boticário, comanda  
investimentos de até 3,5%  
do faturamento  
dedicados à pesquisa  
e desenvolvimento  
de produtos

R\$ 18,90

ANO 02 - Nº 12 - MARÇO/ABRIL 2012

ISSN 2178-1503



**análises:** Fabio Feldmann, Alberto Goldman, Argos Gregório, Ingo Plöger,  
Renato Sérgio de Lima, Carlos Suslik e Antonio Evaristo Lanzana





3º PRÊMIO  
FECOMERCIO  
*de sustentabilidade*

# O MUNDO PRECISA DE NOVAS IDEIAS. VOCÊ TEM ALGUMA?

Novos comportamentos, novas tendências, novas possibilidades, novos caminhos e novas atitudes. A base de tudo isso são as novas ideias e a coragem de tirá-las do papel. Por isso, o **3º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade**, desenvolvido em parceria com a Fundação Dom Cabral e o CDSV - Centro de Desenvolvimento da Sustentabilidade no Varejo, vai envolver participantes que criam e implantam práticas sustentáveis inovadoras.

**Inscrições abertas. Para mais informações, acesse:  
[www.fecomercio.com.br/sustentabilidade](http://www.fecomercio.com.br/sustentabilidade)**



**FECOMERCIO SP**  
Representa muito para você.

# Sumário



## 08 Artur Grynbaum

Presidente do Grupo O Boticário fala do mercado de beleza e da expansão da rede

## 18 Artigo

Ives Gandra aborda a intolerância e o direito



## 20 Global

A crise internacional fragiliza o euro, mas, segundo especialistas, a moeda não deve ser abandonada



## 28 Realidade

Governo reabre programa de desestatização com privatização de três aeroportos. Mercado espera novos negócios



## 40 “Cinco perguntas para”

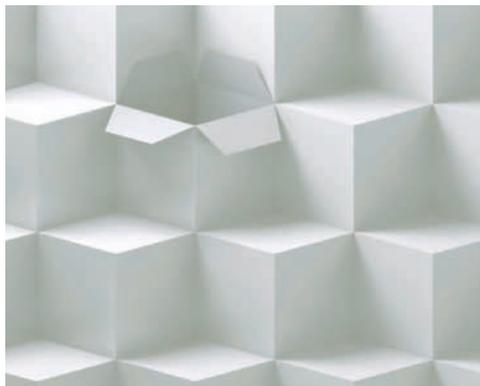
Fábio Barbosa, presidente do Conselho de Administração da BRAiN, fala sobre o que falta no ambiente de negócios no Brasil

## 44 Gestão

Apesar da Bolsa de Valores ter apresentado queda em 2011, empresas aumentaram a distribuição de dividendos

## 52 Mobilização e Debate

Confaz estabelece Protocolo 21 que, para compras não presenciais, acaba ocasionando bitributação de produtos



## 60 Artigo

Jeanine Pires fala da facilitação do visto americano

## 62 Entrevista

Steven Horwitz, economista da Escola Austríaca, analisa o desempenho do FED e discute sua possível extinção



## 72 Pensata

Carlos Suslik, diretor da PwC Brasil, aborda a gestão da Saúde Corporativa

## 78 Sustentabilidade

A Rio+20 aproxima-se, mas corre o risco de ser esvaziada pela ausência de chefes de Estado

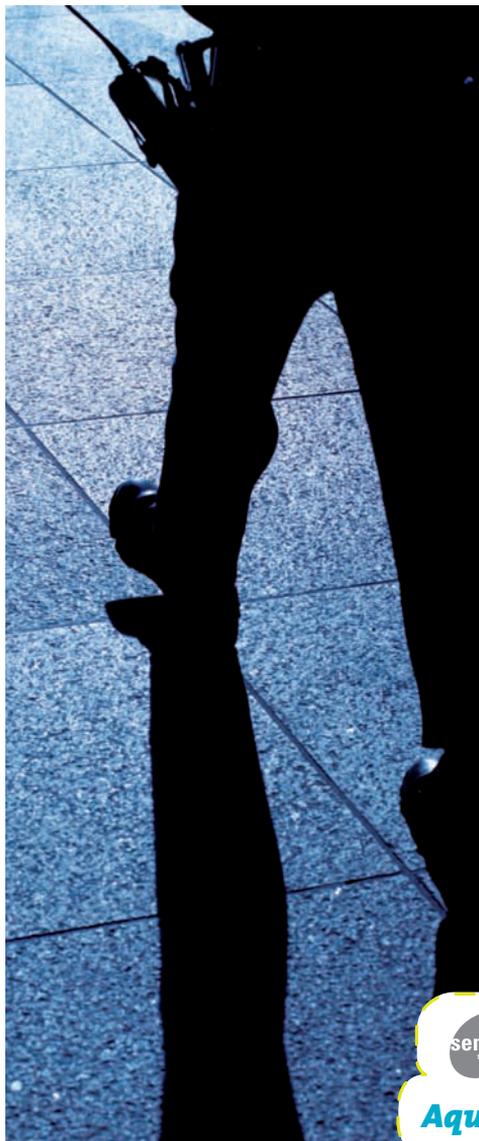
## 86 Artigo

José Maria Chapina Alcazar descreve a atuação do CAT da FecomercioSP



# 90 Polis

Brasil avança no combate à violência, com bons exemplos em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, mas ainda precisa melhorar



**PRESIDENTE** Abram Szajman

**DIRETOR EXECUTIVO** Antonio Carlos Borges

## revista **Conselhos**

PUBLICAÇÃO DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### **CONSELHO EDITORIAL**

Ives Gandra Martins, José Goldemberg, Paulo Rabello de Castro, Claudio Lembo, Renato Opice Blum, José Pastore, Adolfo Melito, Jeanine Pires, Paulo Roberto Feldmann, Pedro Guasti, Antonio Carlos Borges, Luciana Fischer, Luiz Antonio Flora, Romeu Bueno de Camargo, Fabio Pina e Guilherme Dietze

### **EDITORA**

**FISCHER**<sup>2</sup>

**EDITOR CHEFE** Jander Ramon

**EDITORA EXECUTIVA** Selma Panazzo

**EDITOR ASSISTENTE** André Rocha

### **PROJETO GRÁFICO**

**TUTU**

atendimento@designtutu.com.br

**EDITORES DE ARTE** Clara Voegeli e Demian Russo

**CHEFE DE ARTE** Juliana Azevedo

**DESIGNERS** Ângela Bacon e Cristina Tiemi Sano

### **PUBLICIDADE** Original Brasil

Tel.: (11) 2283-2365 [conselhos@originaldobrasil.com.br](mailto:conselhos@originaldobrasil.com.br)

### **COLABORAM NESTA EDIÇÃO**

Andrea Ramos Bueno, Enzo Bertolini, Isabel Dias de Aguiar, Iolanda Nascimento, Ives Gandra Martins, Jeanine Pires, José Chapina Alcazar, Karla Spotorno, Patrícia Queiroz, Ricardo Brandt

**FOTOS:** Olício Pelosi e Divulgação

### **IMPRESSÃO**

### **FALE COM A GENTE**

[revistaconselhos@fecomercio.com.br](mailto:revistaconselhos@fecomercio.com.br)

### **REDAÇÃO**

Rua Itapeva, 26, 11º andar  
Bela Vista – CEP 01332-000 – São Paulo/SP  
tel.: (11) 2361-1571

senac  
são paulo

SESCSP FECOMERCIO/SP

**Aqui tem a presença do comércio**

# ALTOS E BAIXOS

Os solavancos provocados pela crise internacional que enfraquece o euro têm gerado dúvidas em alguns analistas econômicos, que debatem se a moeda oficial de 17 dos 27 países que integram a União Europeia continuará existindo. A opinião corrente é de que a moeda única deve seguir como está, pois cumpre bem sua função, a despeito da atual crise. Vozes dissonantes, porém, questionam esta crença. Este é um dos temas centrais desta edição de **Conselhos** que, ao analisar os rumos da crise, também aborda o seu impacto no mercado acionário e no próprio conjunto da atividade econômica no Brasil.

A Bolsa de Valores de São Paulo teve queda que preocupa os investidores, mas, por outro lado, os dividendos pagos pelas companhias listadas subiram e superaram a média dos últimos cinco anos. Há uma espécie de “gangorra do humor” estabelecida no mercado.

O País, porém, segue adiante. Prova disso foi a recente privatização de três aeroportos, recolocando em ação o programa de desestatização do governo federal, outro tema abordado nesta edição. Com 11 consórcios habilitados a participar do leilão realizado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), os ágios obtidos foram muito além do valor mínimo, atingindo uma arrecadação de R\$ 24,5 bilhões, cerca de cinco vezes superior ao piso estabelecido no edital da licitação.

No ambiente de negócios, o setor do comércio demonstra estar vigoroso, com novos lançamentos, aumento de clientes e investimentos em expansão, como é o caso do Grupo O Boticário, focado na entrevista de capa com Artur Grynbaum, presidente da organização.

Infelizmente, a maturidade institucional e política, que promoverá o País à condição de “desenvolvido”, ainda não se manifesta em todas as áreas. É o que mostra a reportagem sobre o Protocolo 21, um retrocesso que onera os produtos adquiridos por meio de compras não presenciais com tributação também na chegada, quando o destino for um dos Estados signatários. O resultado é a daninha bitributação, mais um duro golpe na competitividade.

Também no espectro da sustentabilidade há fragilidades. A esperada Rio+20 está, segundo especialistas, ameaçada de esvaziamento por causa da possível ausência de chefes de Estados, envolvidos com a administração da crise ou com processos eleitorais. Ainda diante de uma agenda focada no desenvolvimento, a segurança pública é outro item que balança, com avanços e recuos, pensando muito no custo Brasil.

Todos esses temas estão mostrados e analisados por especialistas nas páginas a seguir. A reflexão em torno deles é fundamental se quisermos alcançar um País mais equilibrado, com menos altos e baixos, pois se o mercado é volátil, as instituições não podem ser.



**Abram Szajman**

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

# ‘Posso garantir que queremos manter o ritmo de crescimento’

Formado em Administração e Economia pela Faculdade de Administração de Empresas (FAE), Artur Grynbaum ingressou em O Boticário em 1986, como assistente financeiro, alcançou a presidência da empresa e, atualmente, comanda o Grupo Boticário **Por Selma Panazzo**

**S**eguro do posicionamento de O Boticário em um setor bastante concorrido Grynbaum é otimista quanto ao desempenho da economia “O Brasil é a ‘bola da vez’, alvo de investimentos de diversas indústrias internacionais que também enxergam o potencial do nosso mercado”, destaca na entrevista que concedeu à **Conselhos**.

O executivo, que também atua como vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) revela que o Grupo vai investir R\$ 355 milhões em uma fábrica na Bahia, estado estratégico para a consolidação da marca em toda as regiões Norte e Nordeste.

Grynbaum conta que O Boticário investe de 2,5% a 3,5% do faturamento na pesquisa e desenvolvimento dos produtos para suas unidades de negócio e que deve faturar 20% a mais este ano (o balanço ainda não está consolidado) em relação a 2010.

O Grupo, desde 2011, atua na venda direta por meio da Eudora que nasceu multicanal. “Para desenvolver o portfólio, atualmente com 250 itens, a marca trabalhou com os diferentes momentos que a mesma mulher pode viver”, explica.

Sobre o mercado ressalta que as pessoas passaram também a se preocupar mais com os cuidados pessoais.



“ PARA O NOSSO  
SEGMENTO, O MOMENTO  
ATUAL DA ECONOMIA  
NACIONAL É BASTANTE  
POSITIVO. TANTO  
QUE O BRASIL  
É A ‘BOLA DA VEZ’,  
ALVO DE INVESTIMENTOS  
DE DIVERSAS  
INDÚSTRIAS  
INTERNACIONAIS  
QUE TAMBÉM  
ENXERGAM O POTENCIAL  
DO NOSSO MERCADO ”

**Conselhos – COMO BUSCAR E MANTER A LIDERANÇA EM UM MERCADO TÃO COMPETITIVO QUE CRESCE NA CASA DOS DOIS DÍGITOS HÁ UMA DÉCADA?**

*Artur Grynbaum* – O segredo está exatamente em manter o que vem dando certo e buscar aperfeiçoamento constante. Temos registrado crescimento anual médio de 20% nos últimos anos com a unidade de negócio O Boticário e para o balanço de 2011 as projeções não são diferentes. Também esperamos fechar o primeiro ano de operações da unidade de negócio Eudora, em fevereiro, com resultados positivos. Então, sabemos que estamos no caminho certo e nos mantemos otimistas.

**Conselhos – COMO DEFINE O MOMENTO ATUAL DA ECONOMIA BRASILEIRA E A EXPECTATIVA DE DESEMPENHO EM 2012, CUJO PIB DEVE ALCANÇAR R\$ 3,96 TRILHÕES?**

*Grynbaum* – Para o nosso segmento, o momento atual da economia nacional é bastante positivo. Tanto que o Brasil é a “bola da vez”, alvo de investimentos de diversas indústrias internacionais que também enxergam o potencial do nosso mercado. Nossa economia atingiu um patamar forte, com sistema financeiro robusto e preparado para enfrentar qualquer possível rescaldo da crise europeia.

**Conselhos – QUAIS OS ESFORÇOS DO SETOR QUE LEVARAM O BRASIL A OCUPAR O SEGUNDO LUGAR NO RANKING DO MERCADO DE COSMÉTICOS, ATRÁS SOMENTE DOS ESTADOS UNIDOS?**

*Grynbaum* – Vários fatores contribuíram para esse avanço, mas podemos destacar a estabilidade da economia e o aumento da renda, que permitiu às pessoas não apenas consumir mais, mas também diversificar a compra e ter acesso a produtos que até então não tinham. Além disso, com o aumento da expectativa de vida, as pessoas passaram também a se preocupar mais com os cuidados pessoais, provocando efeito direto no consumo de cosméticos. E não podemos deixar de destacar a evolução da indústria brasileira em termos de qualidade, inovação e investimentos, que fez com que os itens nacionais se tornassem competitivos ante os importados.

**Conselhos – EM 2010, NASCEU O GRUPO BOTICÁRIO. O QUE ELE REÚNE E QUAL FOI A MOTIVAÇÃO ESTRATÉGICA PARA CONSTITUÍ-LO?**

*Grynbaum* – Ao longo da trajetória de O Boticário, que começou em 1977, investimos fortemente na construção dessa

marca, que hoje é a maior rede de franquias de perfumaria e cosméticos do mundo, reconhecida nacional e internacionalmente. Adquirimos *expertise* única, desenvolvemos conhecimento profundo sobre cosméticos, varejo, construção de marca e consumidor. Instituímos a governança corporativa há quase dez anos, conquistamos maturidade e, com o objetivo de atuar de forma estruturada em um mercado competitivo e promissor, em março de 2010 criamos o Grupo Boticário – com O Boticário como uma das unidades de negócio. Formamos uma equipe para prospectar e desenvolver novos negócios para o

Grupo e, em fevereiro de 2011, lançamos Eudora – segunda unidade de negócio do Grupo Boticário. Mais recentemente, em fevereiro de 2012, anunciamos a Skingen Inteligência Genética, a terceira unidade de negócio do Grupo.

**Conselhos – A EMPRESA LANÇARÁ PRODUTOS NESTE ANO?**

*Grynbaum* – Sim, vamos trabalhar ainda mais na inovação dos nossos produtos, mas também na experiência do consumidor com a marca e no entendimento sobre o comportamento e desejos desse cliente. O Brasil possui grande potencial mercadológico e, por isso, queremos



participar de forma relevante no crescimento forte e sustentável do País e ser uma das principais organizações do segmento de beleza no mundo.

**Conselhos** – O GRUPO INVESTIRÁ CERCA DE R\$ 355 MILHÕES EM UMA FÁBRICA NA BAHIA QUE GERARÁ 700 EMPREGOS DIRETOS. QUAIS AS RAZÕES DESSE INVESTIMENTO FORA DO PARANÁ QUE CONCENTRA O PARQUE INDUSTRIAL DA EMPRESA?

*Grynbaum* – O crescimento dos negócios levou o Grupo Boticário a anunciar o maior pacote de investimentos desde que a organização foi criada, em março de 2010. Cerca de R\$ 355 milhões serão aplicados no Estado da Bahia, na construção de uma fábrica de cosméticos e de um centro de distribuição que vão ampliar a produção e otimizar a distribuição dos produtos das marcas O Boticário e Eudora para as regiões Norte e Nordeste. O protocolo de intenções foi assinado com o governo da Bahia em setembro de 2011. A previsão é de que no primeiro ano de operação, previsto para 2013, sejam criados cerca de 700 empregos diretos e 100 indiretos. Buscamos a Bahia por se tratar de Estado geograficamente estratégico para escoamento dos produtos das marcas O Boticário e Eudora para os Estados das regiões Norte e Nordeste. Nossa escolha está embasada nas análises de logística feitas pela diretoria de operações do Grupo, especializada no assunto. Também decidimos por esse investimento porque acreditamos no crescimento da região Nordeste e no

aquecimento da economia do País. Também estamos estudando a ampliação da fábrica no Paraná e do centro de distribuição em Registro (SP).

**Conselhos** – A COMPANHIA COM A EUDORA ENTROU NA VENDA DIRETA. QUANTOS ITENS TEM? QUAL O PÚBLICO? COMO COMPETIR COM EMPRESAS COMO AVON E NATURA QUE TRADICIONALMENTE DOMINAM ESSE MERCADO? QUAL A ESTIMATIVA DE VENDAS POR MEIO DESSE CANAL?

*Grynbaum* – A Eudora foi criada em fevereiro de 2011 para atender a um novo perfil de consumidora, que descobrimos por meio de vários estudos. Percebemos a força e a sensibilidade da mulher contemporânea do século 21, que conquistou seu lugar no mundo, mas nunca deixou de ser feminina. Eudora nasceu multicanal, sendo a venda direta o principal. Até o momento, opera três centros de serviços para as representantes da marca, sendo duas em São Paulo, capital, e uma em Belo Horizonte. Para desenvolver o portfólio, atualmente com 250 itens, a marca trabalhou com os diferentes momentos que a mesma mulher pode viver. A Eudora mantém 14 lojas-conceito para experimentação e compras do consumidor. Um dos diferenciais das lojas é que todas contam com provador, para que os clientes possam experimentar os produtos com privacidade. O comércio eletrônico da empresa é interligado às redes sociais. Pelo site, é possível efetuar compras e usar as redes sociais para consultar e indicar os produtos.



**Conselhos – O MERCADO DE ATUAÇÃO DE O BOTICÁRIO EXIGE ALTOS INVESTIMENTOS EM PESQUISA E TECNOLOGIA. QUANTOS SÃO OS LABORATÓRIOS DA EMPRESA, O VALOR ANUAL DE INVESTIMENTO E QUANTOS PRODUTOS UTILIZAM A TÉCNICA DE NANOTECNOLOGIA?**

*Grynbaum* – Em Curitiba, mantemos o Laboratório de Biologia Molecular (Labim), criado em 2008, em parceria com a Universidade Positivo (PR). O local é destinado a pesquisas do Grupo Boticário e do meio acadêmico sobre cultivo celular e biologia molecular, priorizando estudos dos fenômenos bioquímicos envolvidos no envelhecimento da pele. A procura por matérias-primas e novidades para o desenvolvimento de produtos é uma constante da organização. Exemplo disso foi a adoção pioneira da nanotecnologia em um produto antissinais no Brasil, resultante de estudos realizados pela equipe de pesquisa e desenvolvimento, e apoio do Labim. O trabalho iniciou em 2002, quando começamos a acompanhar a evolução do que ocorria no meio acadêmico sobre o assunto, até que, em 2004, foi identificada uma possibilidade clara de aplicação em nosso negócio. A partir de então, passamos a investir em testes próprios, já aplicando e desenvolvendo nossa própria tecnologia, que gerou requerimento de patente. Em 2006, lançamos nosso primeiro produto com nanotecnologia (Nanoserun Elixir, de O Boticário) e, de lá para cá, desenvolvemos vários outros produtos. O Grupo Boticário destina entre 2,5% a 3,5% do faturamento à pesquisa e desenvolvimento dos produtos para suas unidades de negócio.

**Conselhos – QUAL SERÁ O FATURAMENTO DE O BOTICÁRIO EM 2011 E A ESTIMATIVA DE CRESCIMENTO PARA 2012? QUAIS FORAM OS DESTAQUES DE VENDA?**

*Grynbaum* – A previsão é que o faturamento de O Boticário em 2011 seja 20% superior ao registrado em 2010, seguindo a média de crescimento dos últimos cinco anos. O balanço consolidado deverá ser divulgado em breve. A marca deve registrar ainda incremento de aproximadamente 200 novas lojas em mais de 1.640 municípios, totalizando 3.220 lojas em todo o Brasil. Ainda é cedo para falarmos sobre 2012, mas posso garantir que queremos manter o ritmo de crescimento.

**Conselhos – O BOTICÁRIO TRABALHA COM O SISTEMA DE FRANQUIA DESDE 1980, QUANDO ABRIU SUA PRIMEIRA LOJA FRANQUEADA EM BRASÍLIA. HOJE, SÃO QUANTAS UNIDADES? QUAL A META DE EXPANSÃO PARA 2012?**

*Grynbaum* – Hoje, a rede de O Boticário é composta por 3.220 lojas em todo o País. Para 2012, pretendemos seguir crescendo. Para isso, estamos realizando novos estudos e avaliando o potencial das pequenas, médias e grandes cidades do País para identificar oportunidades.

**Conselhos – QUAL O PERFIL DO CONSUMIDOR DE O BOTICÁRIO? TEM CRESCIDO O NÚMERO DE HOMENS NESSE UNIVERSO? É A ASCENSÃO DA CLASSE C, HOJE TOTALIZANDO 102 MILHÕES DE PESSOAS, TROUXE REFLEXO NAS VENDAS?**

*Grynbaum* – O Boticário possui portfólio democrático com mais de 800 itens, entre perfumaria, maquiagem e cuidados pessoais. São produtos para todos os gostos e tamanhos de bolso.

“ O CONSUMIDOR DA NOVA CLASSE MÉDIA SABE O QUE QUER, VAI EM BUSCA DE QUALIDADE, SEM ABRIR MÃO DE PREÇO E DETALHES. É BASTANTE EXIGENTE, MUITO ABERTO ÀS NOVIDADES – PROVA E COMPARA AS MARCAS. SÃO PESSOAS QUE GOSTAM DE SE CUIDAR, SE MAQUIAR E QUE ADORAM PRODUTOS DE BELEZA ”

Mas não há dúvidas da importância da nova classe média nesse cenário, pois ela reúne um perfil relevante para a marca: pessoas que gostam de se cuidar, se maquiar e que adoram produtos de beleza. O consumidor da nova classe média sabe o que quer, vai em busca de qualidade, sem abrir mão de preço e detalhes. É bastante exigente,

muito aberto às novidades – prova e compara as marcas.

Sobre o mercado masculino, trata-se de um universo que tem crescido exponencialmente nos últimos anos. Os homens atualmente buscam produtos desenvolvidos para eles com fragrâncias e texturas adequadas à sua pele e suas necessidades. Hoje eles querem ser os protagonistas nas escolhas dos seus produtos preferidos e não mais coadjuvantes no uso compartilhado dos produtos com suas mulheres.

**Conselhos – QUAL A PRESENÇA DO BOTICÁRIO NO EXTERIOR E QUAIS OS PLANOS EM TERMOS DE NÚMERO DE LOJAS E PAÍSES?**

*Grynbaum* – O Boticário está presente em oito países no exterior – Portugal, Estados Unidos, Japão, Angola, Moçambique, Arábia Saudita, Venezuela e Paraguai. Neste momento em que o Brasil é a ‘bola da vez’ do segmento mundial de perfumaria e cosméticos, nosso foco está no mercado nacional e na manutenção dos mercados externos.

**Conselhos – A FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA, CRIADA EM 1990, É O BRAÇO DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO, QUAL SEU RAIOS DE ATUAÇÃO ?**

*Grynbaum* – A Fundação é uma organização sem fins lucrativos, que tem como missão promover e realizar ações de conservação da natureza. Desde a sua criação, a Fundação Grupo Boticário já apoiou e doou US\$ 11,3 milhões para 1.282 iniciativas de cerca de 448 instituições em todo o Brasil. ■



**SulAmérica**  
associada ao ING 

**Unimed**   
Paulistana

**OMINT**

Planos até  
**50%**  
mais barato.<sup>2</sup>

SulAmérica:

**ANS nº 000043**

Unimed Paulistana:

**ANS nº 301337**

Omint:

**ANS nº 359661**

**Meu plano de saúde  
não cobre o médico  
e o hospital que eu  
prefiro pra me tratar.  
E agora?**

Profissional de Comércio

ou Serviços: não se preocupe.

Com a parceria da Qualicorp

com a FECOMERCIO-SP, os planos

de saúde que oferecem os

melhores médicos, hospitais

e laboratórios do Brasil já

estão ao seu alcance.<sup>1</sup>

Ligue e confira:

**0800 777 4004**

Ou acesse: [www.qualicorp.com.br](http://www.qualicorp.com.br)



Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. Condições contratuais disponíveis para análise. Março/2012. <sup>1</sup>A comercialização dos planos respeita a área de abrangência da respectiva operadora. A cobertura de hospitais e laboratórios, bem como de honorários profissionais, se dá conforme a disponibilidade da rede médica e as condições contratuais de cada operadora e categoria de plano. <sup>2</sup>Em comparação a produtos similares no mercado de planos de saúde individuais (tabela de janeiro/2012).

Qualicorp Adm.  
de Benefícios:

**ANS nº 417173**



# O discurso do ódio no direito internacional

**T**ecerei, neste artigo, considerações sobre a intolerância e o direito, à luz de dois temas atuais.

Meu bom e velho amigo Luís Carlos Bresser escreveu na Folha de S.Paulo artigo em que faz considerações sobre a decisão da França de proibir a negação de existência de um genocídio dos armênios pelos turcos, algo que, no passado, a França fizera também com o holocausto, visto que o reconhecimento do genocídio judeu foi seguido de legislação proibitiva de revisão histórica e de punição para os que não o reconhecessem.

Alguns anos atrás, examinando a tese de doutoramento de Samantha Pflug Meyer (Discurso do Ódio, PUC-SP), em que analisava a conformação de legislações inibidoras de pesquisas históricas e manifestações públicas, tendo eu arguido a candidata sobre se o reconhecimento de um fato deveria ser elemento suficiente para que houvesse proibição a pesquisas sobre o mesmo, pois que o fato histórico permite sempre novos estudos,

que quase sempre terminam fortalecendo seu reconhecimento. A pesquisa não pode ser inibida nunca. A examinanda concordou com a observação e na edição de seu livro fez questão de realçar este aspecto.

Tenho para mim que, na primeira metade do século passado, os dois mais clamorosos casos de genocídio político foram o dos armênios pelos turcos e dos judeus por Hitler. Não há como negá-los. Ficarão como uma mácula na história da humanidade.

O que me parece, sem a necessidade que o caro amigo Bresser teve de atacar a França, que, como todas as nações teve e tem seus momentos de luzes e de sombras, é de que a livre manifestação de pensamento não pode ser inibida por leis que terminam condicionando a pesquisa histórica.

Em outras palavras, Turquia e Alemanha tiveram, no passado, em face dos seus governantes, trágico papel em dois holocaustos, ou seja, do povo armênio e do povo judaico. E a história demonstrou serem ver-

dade tais fatos. O que, entretanto, não justifica, como argui, na defesa de tese da professora Samantha, inibir pesquisas futuras e punição a quem possa ter uma visão diversa, risco de alimentar-se o denominado “Discurso do Ódio” que os juristas da atualidade buscam combater.

Para mim, todavia, o holocausto do povo armênio ficará como uma mancha permanente na história do povo turco.

Algo mais grave, entretanto, está ocorrendo nos países do oriente próximo.

Ayaan Hirsi Ali, publicou na revista Newsweek de 13 de fevereiro passado, artigo fartamente documentado sobre a guerra que os países islâmicos estão desencadeando contra os cristãos, atingindo sua liberdade de consciência, proibindo-os de manifestarem sua fé e assassinando quem a professa individualmente ou mediante atentados a igrejas ou locais onde se reúnam.

Declara a autora que “os ataques terroristas contra cristãos na África, oriente próximo e Ásia cresceram 309% de 2003 a 2010”.

E conclui seu artigo afirmando que, no Ocidente, “em vez de criarem-se histórias fantasiosas sobre uma pretensa “islamofobia”, deveriam tomar uma posição real contra a “Cristofobia”, que principia a se infestar, no mundo islâmico. “Tolerância é para todos, exceto para os intolerantes”.

Entre as sugestões que apresenta, está o Ocidente condicionar seu auxílio humanitário, social e econômico a que a tolerância para com os que professam a fé cristã seja também respeitada, como se respeita, na maioria dos países ocidentais, a fé islâmica.

Entendo ser o Brasil, neste particular, um País modelo. Respeitamos todos os credos, in-

clusive aqueles que negam todos os credos, pois a liberdade de expressão é cláusula pétrea na nossa Constituição.

Ocorre, todavia, que as notícias sobre esta “Cristofobia islâmica” são desconhecidas no País, com notas reduzidas sobre atentados contra os cristãos, nos principais jornais que aqui circulam.

A morte de dezenas de cristãos, em virtude de atos de violência planejados, como expressão de anti-cristianismo, é solenemente ignorada pela imprensa.

Quando da Hégira, em 622, Maomé lançou o movimento islâmico, que levou a invasão da Europa em 711, com a intenção de eliminar todos os infiéis ao profeta de Alá. Até sua expulsão de Granada – creio que em 1492 – os mulçumanos europeus foram se adaptando à convivência com os cristãos, sendo que a filosofia árabe e católica dos séculos 12 e 13 convergiram, fascinantemente. Filósofos de expressão, como São Tomas de Aquino, Bernardo de Claraval, Abelardo, Avicena, Averróes, Alfa-rabi, demonstraram a possibilidade de convivência entre credos e culturas diferentes.

Creio que a solução apresentada por Ayaan Hirsi Ali é a melhor forma de combater preconceitos, perseguições e atentados terroristas, ou seja, condicionar ajuda, até mesmo humanitária, ao respeito a todos os credos religiosos (ou à falta deles), como forma de convivência pacífica entre os homens. É a melhor forma de não se incubarem ovos de serpentes, prodigalizando auxílios que possam se voltar contra os benfeitores. ■

Presidente do Conselho  
Superior de Direito da FecomercioSP



# Com ajustes, euro seguirá sua trajetória

---

Moeda única do bloco europeu foi criada para se contrapor ao dólar e deverá ser defendida a qualquer custo

**Por Isabel Dias de Aguiar**

---



Já é quase consenso. Apesar da violenta turbulência que abala o continente europeu, o euro, a moeda oficial de 17 dos 27 países que integram a União Europeia veio para ficar. É um projeto de longo prazo para fazer frente ao dólar americano. A profunda crise desencadeada pelo desajuste das contas públicas de alguns dos estados membros, como Grécia, Portugal e Irlanda, tem origem na estratégia de recuperação adotada para enfrentar o desacerto deflagrado em 2008, a partir da quebra do banco norte-americano Lehman Brothers. As providências tomadas na ocasião tiveram como base uma expressiva expansão dos gastos públicos que trouxeram à tona o desequilíbrio já instalado nesses países europeus.

Da mesma forma como ocorre na economia doméstica, gastos acima da receita por período prolongado levam a um descompasso de difícil superação. No caso de alguns países da zona do euro, assumiu dimensões “estratosféricas” com repercussão “planetária”, segundo a observação de alguns analistas. Suas consequências poderão ser sentidas por décadas, frear o crescimento econômico por período prolongado e submeter populações locais a um sacrifício nunca imaginado. Seus efeitos negativos ajudam a contrair a trajetória de desenvolvimento de países emergentes, como o Brasil, que já adota medidas para proteger sua moeda, sua indústria e evitar danos à população pela queda na taxa de crescimento da economia.

O Tratado de Maastricht, assinado em 1992 na cidade holandesa do mesmo nome, estabeleceu limites para os membros da União Europeia: o déficit público não poderia superar 3% do Produto Interno Bruto (PIB), nem a

dívida pública, mais que 60%, além da taxa de inflação que não deveria exceder a 1,5% ao ano. Também denominado Tratado da União Europeia, promoveu a junção política entre os países, reforçou a democracia, o estado de direito, o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Na economia, instituiu ainda um calendário para a adesão à moeda única.

Para o economista Antonio Evaristo Lanza, professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP) e da Fundação Dom Cabral (MG), foi a Grécia o país membro da União Europeia que mais transgrediu a normas definidas pelo Tratado de Maastricht. O déficit público atingiu 15% do seu PIB e a dívida pública chegou a 160%, condições, para ele, insustentáveis e que, num primeiro momento, impuseram o pagamento de taxas de juros em níveis acima do razoável. Irlanda e Portugal também se colocaram em rota de colisão. O cenário tornou-se alarmante quando Itália e Espanha também foram submetidas a juros escorchantes. O alerta foi dado quando a Itália, cuja dívida é de 120% do PIB, passou a pagar juros de 7% ao ano.

O socorro veio por meio de dois gigantescos aportes financeiros concedidos pelo Banco Central Europeu (BCE), num total de € 1 trilhão entre dezembro de 2011 e janeiro de 2012. A medida elevou a liquidez de quase 800 bancos europeus e criou condições para que comprassem títulos da dívida pública desses países, que puderam ser roladas a um custo suportável para suas economias. O efeito foi imediato: as taxas de juros caíram para 3%. A medida, que contou com a aprovação unânime dos analistas e da opinião pública, provocou reação de dirigentes dos países emergentes.



“ SERÁ PENOSO  
PARA A GRÉCIA  
PERMANECER NO EURO,  
MAS O EVENTUAL  
RETORNO AO DRACMA  
SERIA DEVASTADOR  
PARA O PAÍS E PARA  
AS EMPRESAS LÁ  
ESTABELECIDAS ”

*Ingo Plöger, presidente do Conselho Empresarial da América Latina: a Grécia é refém de suas limitações, como a falta de produção própria de alimentos, e a situação pode piorar com a eventual desvalorização do dracma*

A presidente Dilma Rousseff foi uma das primeiras a protestar pelo que chamou de “tsunami monetário”, por causa da ameaça que essa liquidez exacerbada representa para o Brasil. A queixa foi dirigida à chanceler alemã Angela Merkel durante recente visita a Hannover (Alemanha). “O BCE está certíssimo”, diz Lanzana. É também a opinião de Carlos Eduardo Soares Gonçalves, mestre em economia e também professor da FEA-USP. Para ele, é natural que o Brasil proteste pela enxurrada de euros e dólares na economia mundial. Boa parte dessa avalanche de recursos poderá inundar a economia brasileira e provocar apreciação ainda maior do real. O resultado é perda de competitividade do produto brasileiro no exterior. Soares Gonçalves ressalta, porém, que sem essa ajuda do BCE, a quebra de bancos europeus causaria mais danos à economia brasileira do que a liquidez elevada.

## Porto seguro

---

A explicação para esses protestos é que o Brasil, com seu mercado interno exuberante e taxas de juros em níveis elevados, é um atrativo para os investidores estrangeiros, inclusive para esses bancos europeus, que veem no sistema financeiro brasileiro um “porto seguro” para abrigar seus recursos. A perspectiva de rentabilidade elevada torna irresistível investir no País, seja no mercado financeiro, ou mesmo no setor produtivo. Lanzana acredita que os próprios bancos europeus beneficiados pelos recursos do BCE deverão criar fundos para aplicar e especular até no mercado brasileiro.

“O fato é que a Europa sossegou e o mundo vive um clima de tréguia”, comenta Lanza-

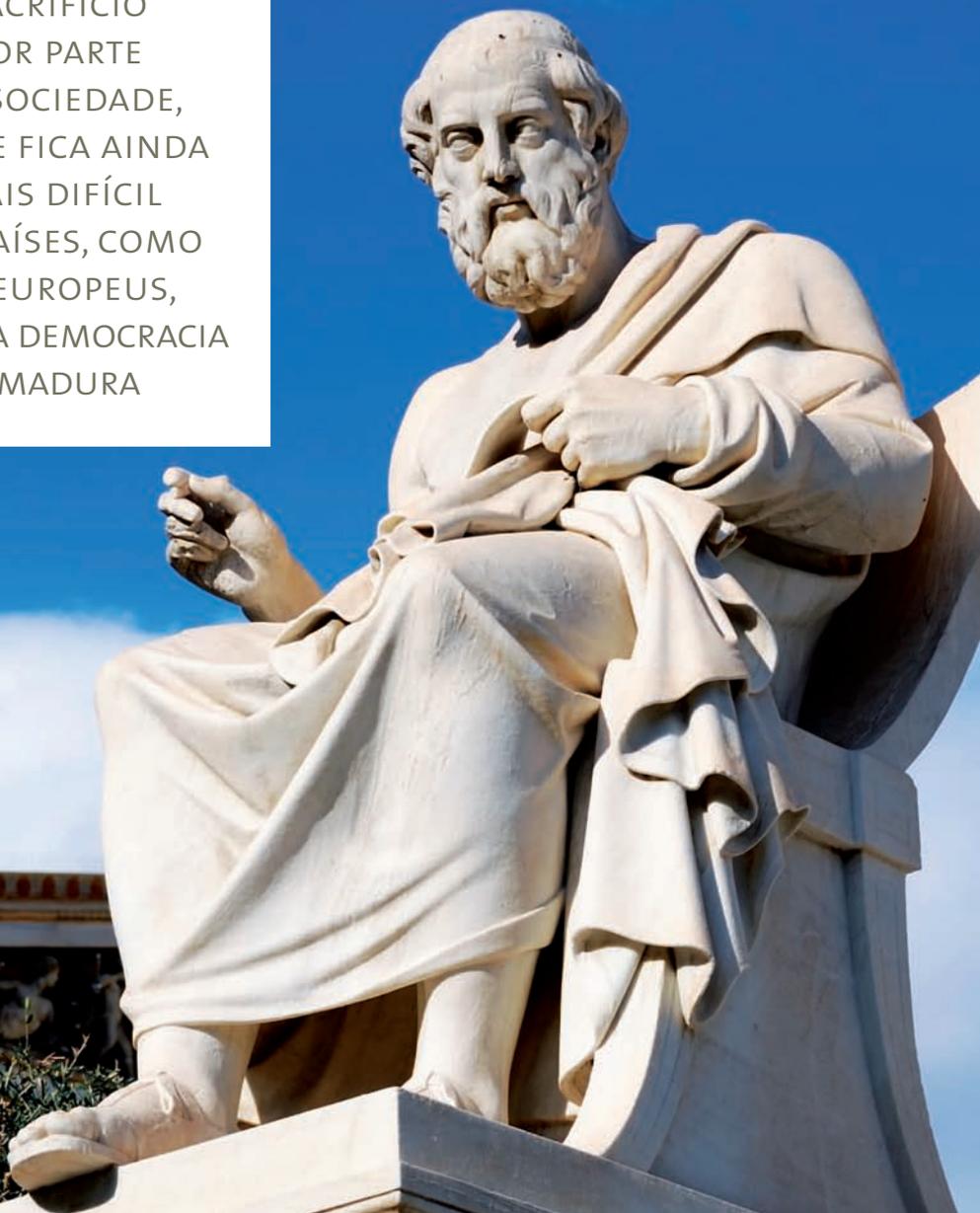
na, que adverte: “A solução é temporária. Sem a adoção de uma política de austeridade, não será possível superar as dificuldades. O BCE não vai poder injetar mais recursos. Esses países vão ter de reduzir seus déficits.”

A saída será conter os gastos públicos e isso poderá implicar em um enorme sacrifício por parte da sociedade, o que fica ainda mais difícil em países, como os europeus, onde a democracia é madura. A população já começou a protestar e as manifestações devem recrudescer. Isso deverá ocorrer de forma mais intensa na Grécia, que já obteve ajuda de € 100 bilhões e redução da sua dívida com o setor privado da ordem de 53,5%. “Caso venha a fazer todos os cortes a que propõe, ainda assim, em 2020 a sua dívida estará em 120%”, acredita Lanzana.

A perspectiva de a Grécia abandonar o euro e retornar à antiga moeda, o dracma, também é de difícil aceitação. Seria um perigoso precedente, porque colocaria sob suspeita os demais países da zona do euro, cujas dívidas e déficits públicos estão em níveis elevados. “É a teoria do micróbio”, afirma Lanzana, referindo-se à perspectiva de a desconfiança se alastrar como uma infecção, levando suas economias à insolvência. A opção pelo dracma possibilitaria à Grécia a desvalorização de sua moeda, o que tornaria a sua economia mais competitiva. A sua principal atividade econômica, o turismo, voltaria ser atrativa pelos baixos custos em relação aos demais países da região.

Para o empresário Ingo Plöger, presidente do Conselho Empresarial da América Latina, será penoso para a Grécia permanecer no euro, mas o eventual retorno ao dracma seria devastador para o país e para as empresas lá estabelecidas. A desvalorização da moeda chegaria a

A SAÍDA SERÁ  
CONTER  
OS GASTOS PÚBLICOS  
E ISSO PODERÁ  
IMPLICAR EM  
UM ENORME  
SACRIFÍCIO  
POR PARTE  
DA SOCIEDADE,  
O QUE FICA AINDA  
MAIS DIFÍCIL  
EM PAÍSES, COMO  
OS EUROPEUS,  
ONDE A DEMOCRACIA  
É MADURA



O TRATADO  
DE MAASTRICHT,  
ASSINADO EM 1992  
NA CIDADE  
HOLANDESA DO  
MESMO NOME,  
ESTABELECEU LIMITES  
PARA OS MEMBROS  
DA UNIÃO EUROPEIA:  
O DÉFICIT PÚBLICO  
NÃO PODERIA  
SUPERAR 3%  
DO PRODUTO  
INTERNO BRUTO  
(PIB), NEM A DÍVIDA  
PÚBLICA, MAIS QUE  
60%, ALÉM  
DA TAXA DE INFLAÇÃO  
QUE NÃO DEVERIA  
EXCEDER A 1,5%  
AO ANO

80%, com uma completa desordem da economia local. Significaria o colote para a totalidade de credores. Não haveria crédito para o país por período prolongado. A Grécia não dispõe de produção própria de alimentos, e sem divisas para financiar as importações, a medida poderia levar até à escassez de oferta desses produtos e preços em alta, lembra Plöger.

Essas são algumas das razões que levam os analistas a acreditar que o país manterá a moeda europeia e terá de receber ajuda ainda maior de seus vizinhos, além de se submeter, é claro, às regras previstas no Tratado de Maastricht.

Espanha, Itália, Portugal e Irlanda também terão de tratar de ajustar as suas contas e se resignar a um quadro de estagnação. Lanzana diz que o cenário pode ser comparado ao do Brasil dos anos 80, que, no entanto, levava a vantagem de ser um país de cultura única, o que permitiu que suportasse uma série ajustes e planos econômicos. A melhor lição brasileira dada ao mundo foi a instituição da Lei da Responsabilidade Fiscal, em vigor desde 5 de maio de 2000, e que impõe disciplina aos gastos públicos. Só agora, a União Europeia segue esse caminho e adota instrumento jurídico com esse mesmo objetivo. O empresário Plöger afirma que a Espanha já mostrou disposição em promover os ajustes, com um expressivo enxugamento da máquina administrativa. Suprimiu dois importantes ministérios: da Cultura e da Inovação. Deve seguir o caminho da austeridade.

Subsídios à produção devem ser revistos pelos países da União Europeia. Mas, segundo o empresário agrícola Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), dificilmente a Europa irá abrir mão da ajuda que concede à agricultura. O apoio financeiro ao produtor rural concedido pelos países membros da UE tem motivado contenciosos disputados pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). O mais notório ocorreu por conta das exportações de açúcar por aqueles países, fortemente subsidiadas, o que contribuiu para comprometer a competitividade o produto brasileiro em terceiros mercados. O Brasil venceu o contencioso e a Europa teve de suspender os embarques desses produtos

com preços reduzidos. Para o presidente da Abipecs, o subsídio à agricultura é uma opção política, social e ambiental da sociedade europeia que dificilmente deverá ser alterada.

## Barreira ao dólar

A tese de que o euro foi criado para contrapor o dólar é defendida com ampla argumentação por Antônio Corrêa de Lacerda, professor doutor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O dólar, como moeda de referência mundial, fez com que muitos países reunissem reservas cambiais em níveis muito acima do aceitável. A China acumula hoje quase US\$ 3 trilhões e o Japão, terceiro país mais rico, perto de US\$ 1 trilhão. Boa parte dessas economias está aplicada no tesouro americano e financia o elevado déficit público dos EUA.

O projeto europeu tomou como base o fato de que a soma das riquezas dos países europeus se equipara ao PIB norte-americano e que, com isso, uma moeda única poderia se tornar uma opção ao dólar, explica Lacerda. “Mas é um projeto para três ou quatro décadas.” Porém, para o professor da PUC, a proposta esbarra na diversidade de culturas e no descompasso do estágio de desenvolvimento dos países membros. Há uma grande discrepância entre a Alemanha, por exemplo, um país extremamente disciplinado, e a Grécia, cujos governantes não levam em conta os requisitos impostos pela União Europeia. O Tratado de Maastricht criou um aparato para proteger a moeda única e um Banco Central, que, no entanto, não dispõe de instituições de governança para intervir na gestão econômica dessas nações.

Isso obriga os mandatários a um discurso dúbio, parte dirigida ao público interno e outra, para a comunidade do bloco, como ocorre com Angela Merkel. A chanceler alemã está obrigada a explicar a seu eleitor por que a Alemanha deve despender tantos recursos públicos para socorrer países quebrados, como a Grécia, e, ao mesmo tempo, defender o bloco diante da opinião pública internacional. A disciplina alemã permitiu que, em plena crise, sua economia crescesse 3% em 2011, lembra Lacerda. O BCE cumpre seu papel ao acudir os bancos europeus. “Pode-se dizer que, neste momento, o BC rasgou todos os manuais que recomendam austeridade monetária”, diz Lacerda.

“Há alguns avanços”, salienta. Segundo ele, países de economias menores aos poucos vão negociando com seus credores, como acaba de ocorrer com a Grécia, que obteve o perdão para € 100 milhões de sua dívida. Terão de intensificar os ajustes e suportar os efeitos de eventuais instabilidades. O professor da PUC acredita que o governo brasileiro está no caminho certo, na defesa de nossa economia. “Tem mesmo que baixar os juros, erguer barreiras tarifárias e deixar o câmbio se desvalorizar, além de baixar os impostos para proteger o setor produtivo.”

O Brasil tem de ser mais criativo na elaboração da política industrial, acrescenta. Além disso, deve reforçar a disposição em privilegiar as compras governamentais e incentivar outros setores da economia a fazer compras no mercado local. Com isso, poderá tirar proveito do imenso mercado interno brasileiro e fazer frente aos ataques das moedas estrangeiras. ■

---

Conselhos Realidade





# Vendem-se ativos

---

Governo da presidente Dilma Rousseff retoma programa de desestatização cujo modelo de privatização ainda é questionado por não trazer benefício direto ao consumidor **Por Ricardo Brandt**

---

**N**o dia 6 de fevereiro deste ano, na sede da BM&F Bovespa, centro de São Paulo, o leilão de três grandes aeroportos do País - Cumbica, em Guarulhos (SP), Viracopos, em Campinas (SP), e Juscelino Kubitschek, em Brasília (DF) - reacendeu o debate sobre as privatizações no Brasil.

De olho na Copa de 2014, a presidente Dilma Rousseff abriu a primeira grande concessão do seu governo, usando um modelo fora do padrão, que acabou surpreendendo pelos resultados positivos, mas que deixa dúvidas sobre sua eficiência. O assunto desestatização no País é um tema polêmico, que envolve questões ideológicas que parecem deixar de lado os números e os resultados das experiências adotadas até agora, aqui e em outros países. A consequência disso é o atraso no desenvolvimento interno, porque limita investimentos em infraestrutura e encarece os custos de produção.

Com 11 consórcios habilitados a participar do leilão realizado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), os ágios obtidos foram astronômicos. Para o aeroporto de Guarulhos, o de maior movimento, o ágio foi de 373%. No de Viracopos, maior terminal de cargas, 159%. Em Brasília, o índice chegou a surpreendente marca de 675%. Foram arrecadados R\$ 24.535.132.500 com a operação, quase cinco vezes os R\$ 5,5 bilhões previstos no edital de licitação.

O governo optou pelo modelo de maior valor de outorga, similar aos leilões de faixa de frequência para a telefonia celular na década de 90, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em que vence a disputa quem pagar o valor mais alto pela exploração do serviço. Na prática, a ar-

recadação maior por parte do Estado é o que interessa e não o preço da tarifa para o usuário. É a competição do setor que deve regular o preço das passagens cobrado do usuário.

Uma garantia que pode não haver abusos é que, no caso dos aeroportos, receitas de tarifas como a de embarque e de conexão são reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Porém, outras taxas comerciais, como exploração de estacionamento, locação de espaço para lojas e restaurante, áreas para hotéis e acesso à internet nos terminais não sofrem regulação de preço.

No mundo, há casos de concessões aeroportuárias feitas no modelo de maior valor de outorga que resultaram em aumentos expressivos do valor de tarifas como outros em que isso não se configurou. É o que explica o coordenador de Infraestrutura Econômica da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação, Regulação e Infraestrutura do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Carlos Campos.

Segundo ele, o modelo de contrato de concessão adotado para os três aeroportos tem algumas regras que sinalizam que o usuário pode não ser o maior prejudicado. É que a Anac colocou nos contratos itens de garantias regulatórias. Uma delas, explica o especialista, foi a instituição do chamado “Fator X”, que prevê que a concessionária terá de fazer repasses de cotas de seu rendimento com produtividade e eficiência para a redução das tarifas.

Outro mecanismo de controle é o “Fator Q”, que prevê que quando indicadores de qualidade não forem cumpridos haverá redução tarifária. Há ainda o gatilho de investimento

que estipula aumento de gastos da concessionária para manter o mesmo nível de serviço, caso haja crescimento da demanda.

### **Modicidade tarifária**

---

O melhor modelo para o usuário a ser adotado é o da modicidade tarifária, garante o pesquisador do Ipea. O problema é a falta de cláusulas regulatórias nos contratos e, muitas vezes, de estudos prévios detalhados dos objetos de exploração. Um dos motivos que tem levado o modelo a ser criticado são as concessões feitas em rodovias federais pelo governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2007.

Maiores críticos das privatizações durante os governos tucanos, em especial a primeira etapa de concessões rodoviárias na década de 90, petistas realizaram em 2007 a segunda etapa de concessões rodoviárias sob o modelo de menor tarifa para o usuário, em que os preços de outorga são reduzidos e o pedágio cobrado do usuário é mantido baixo.

Na prática, houve excesso de veículos em alguns trechos, déficit em outros e descompasso entre os investimentos e as verdadeiras necessidades de obras nas rodovias concedidas.

O presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias, Moacyr Duarte, avalia que no caso das concessões feitas no governo Lula o maior problema foi que os estudos de viabilidade econômica dos sistemas eram “mal feitos”. “Houve muito problema de posicionamento de tráfego, enfim, os estudos de viabilidade eram mal feitos”, analisa Duarte, que representa o setor de concessão de rodovias, formado por 55 empresas privadas

e que opera 7% dos 15,5 mil quilômetros da malha em nove Estados brasileiros.

Para o coordenador de infraestrutura econômica do Ipea, Carlos Campos, as concessões rodoviárias do governo Lula exemplificam um contrato mal feito, em que a concessionária não pode ser exigida a manter a qualidade da estrada em bom nível, mesmo que o resultado da exploração não seja o esperado.

Levantou dúvidas também sobre os rumos da política de estatização que quer adotar o atual governo, a decisão de manter o controle de 49% dos consórcios. Numa espécie de privatização híbrida, em que o Estado continua como sócio, podendo acompanhar a administração e atuar nos investimentos, é um sistema bem diferente daquele que o País adotou nos anos 90 com o lançamento do Programa Nacional de Desestatização (PND), no governo Fernando Collor de Mello.

Para especialistas, a participação de 49% da Infraero vai permitir que o governo pressione por investimentos, diferente do que ocorreu nas concessões rodoviárias. A Infraero garantiu que não haverá interferência na administração dos terminais e que a participação é uma garantia de receita para a estatal continuar a existir, mesmo após perder a receita integral dos três aeroportos. “O governo não deveria ter uma participação tão grande nos consórcios, nessa proporção de 49% não era necessário. É preciso que se estabeleçam regras nos contratos para que não haja interferências e isso não está muito claro”, afirma o professor de fusões e aquisições da FGV Management, Oscar Malvessi.



# HISTÓRICO DOS PRINCIPAIS ATOS E PRIVATIZAÇÕES

## DÉCADA DE 80

*“Reprivatização” de 38 empresas*

*Arrecadados cerca de US\$ 780 milhões*

*Esta fase caracterizou-se pela “reprivatização” de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado, na maioria dos casos, em função de dificuldades financeiras. Não havia ainda, por parte do governo, intenção de implementar um programa em larga escala.*

## 1990 / 1992

*Em 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização - PND, a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo governo. A magnitude e escopo da privatização foram significativamente ampliados.*

## 1993 / 1994

*Conclusão da desestatização do setor siderúrgico. Ênfase no uso de moeda corrente. Desestatização de 15 empresas. Arrecadados US\$ 4,5 bilhões.*

## 1995 / 1996

*Criação do Conselho Nacional de Desestatização – CND e ampliação do PND. Concessões de serviços públicos à iniciativa privada. Inclusão da Cia. Vale do Rio Doce – CVRD.*

## 1997

*Venda da Cia. Vale do Rio Doce. Término da desestatização da RFFSA com a venda da Malha Nordeste. Arrecadação de US\$ 4.265 milhões até 97.*

*Início, em 1997, do processo de privatização do setor de telecomunicações.*

## 1998

*Em julho de 1998 o governo federal vendeu as 12 holdings, criadas a partir da cisão do Sistema Telebrás, representando a transferência à iniciativa privada, das Empresas de Telefonia Fixa e de Longa Distância, bem como das empresas de Telefonia Celular-Banda A.*

## 1999

*Em 1999, o governo arrecadou US\$ 128 milhões com a venda das concessões para exploração de quatro áreas de telefonia fixa das empresas espelho que farão concorrência às atuais companhias de Telecomunicações.*

## 2000

*O resultado total no ano 2000 atinge o montante de R\$ 19,9 bilhões (US\$ 10,7 milhões), incluindo dívidas transferidas no valor de R\$ 517 milhões (US\$ 289 milhões). Destaque para a venda das ações que excediam o controle acionário detido pela União na Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás.*

## 2002

*Realizada a oferta pública global de 78 milhões de ações ordinárias da Cia. Vale do Rio Doce - CVRD, tendo sido considerada a maior operação de venda de ações realizada no Brasil, em número de compradores.*

## 2003

*A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) deu continuidade à outorga de concessões para exploração de empreendimentos de transmissão incluídos no PND.*

## 2007

*Em 10 de dezembro, a ANEEL realizou o leilão da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, a primeira do complexo do Rio Madeira. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) licitou em 09 de outubro, 2.600 Km de rodovias federais.*

*Fonte: BNDES*

## Política de governo

Para alguns analistas políticos, a movimentação do governo Dilma em lançar mão de uma concessão híbrida no leilão dos aeroportos, mantendo o Estado como detentor de 49% dos consórcios, teve como objetivo diminuir a resistência do movimento sindical à desestatização e de outro lado sinalizar ao mercado que está disposto a passar o controle acionário de negócios públicos para a iniciativa privada.

A transferência de ativos estatais para a iniciativa privada começou na década de 80, mas efetivamente passa a ser implementada como política de governo nos anos 90. No Brasil, as privatizações foram intensificadas a partir de 1991, no governo Collor, com a criação do Programa Nacional de Desestatização, sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O processo de desestatização da economia no Brasil teve distintas etapas ao longo dos últimos governos: as reprivatizações na primeira fase, quando empresas que tinham sido incorporadas à União, por intermédio do BNDES ou BNDESPAR, voltam para a iniciativa privada; e uma etapa intermediária em que foram privatizadas empresas vinculadas ao setor produtivo (que, desde a sua criação, eram consideradas empresas estatais). A terceira etapa, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando em grande escala foram repassados ativos do Estado para iniciativa privada e quando houve ênfase à concessão de serviços públicos à iniciativa privada.

A Usiminas foi a primeira estatal brasileira a ser transferida para a iniciativa privada, em 24 de outubro de 1991. Desde então, estatais dos setores de siderurgia e petroquímica foram vendidas e concessões de serviços públicos foram abertas nas áreas de telecomunicações, transportes e energia elétrica.

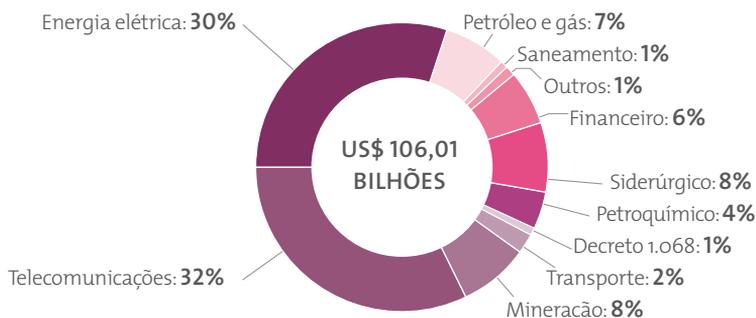
# RESUMO DAS PRIVATIZAÇÕES NO BRASIL

RESULTADOS ACUMULADOS - 1990/2011 (US\$ MILHÕES)

PROGRAMA	RECEITA DE VENDA/ VALOR DA OUTORGA	DÍVIDAS TRANSFERIDAS	RESULTADO TOTAL
DESESTATIZAÇÕES FEDERAIS	59.980,5	11.326,4	71.306,6
EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES	29.049,5	2.125,0	31.174,5
PRIVATIZAÇÕES	30.824,2	9.201,4	40.025,6
CONCESSÕES	106,5	-	106,5
PRIVATIZAÇÕES ESTADUAIS	27.948,8	6.750,2	34.699,0
TOTAL	87.929,3	18.076,6	106.005,6

Atualizado em 05/10/11

# PARTICIPAÇÃO SETORIAL



De 1990 até 2011, todas as privatizações realizadas no Brasil renderam ao Estado US\$ 106 bilhões, incluindo receita de outorga e dívidas transferidas. Os números são do BNDES. Desse montante, 32% dizem respeito às privatizações do setor de telecomunicações e 30% do setor de energia elétrica. O terceiro segmento que segue nessa composição de massa desestatizada é o de mineração e siderurgia, com 8% da fatia do bolo cada um.

A Infraero e o recente leilão dos aeroportos é citado como exemplo, por Campos do Ipea, de concessão que poderia não ser feita se a gestão do Estado fosse mais eficiente. Segundo ele, de 2002 até 2011 a empresa estatal que administra os aeroportos brasileiros conseguiu investir menos de 40% do que foi disponibilizado para ela gastar com novas obras, ampliações e reformas.

Para o ex-ministro dos Transportes no governo Itamar Franco e ex-governador de São Paulo, Alberto Goldman (PSDB), o Estado não é apto para fazer negócios, nem o funcionário público, seja numa empresa estatal ou num ministério. “Quem vai trabalhar no

setor público não vai para ser um homem de negócios, um empreendedor. O setor privado é vocacionado para esse tipo de gerenciamento”, avalia Goldman.

Outro ponto apontado pelo ex-ministro do governo Itamar na defesa da participação da iniciativa privada nos investimentos em infraestrutura é que dentro do Estado, as empresas que atuam nessa área competem na busca por capital com setores como saúde e educação que, obviamente acabam tendo prioridade. “O Estado não tem capacidade financeira para bancar o investimento em infraestrutura que o País precisa”, afirma Goldman.

## Discussão política

O grande entrave da desestatização no Brasil é a discussão político-ideológica que atravessou duas décadas, entre PT e PSDB, e que agora parece ser superada, sem deixar em aberto dúvidas sobre quais caminhos seguirão o atual governo em relação a sua política de abertura para iniciativa privada. Se de um lado, há segmentos como o de trans-

DE 1990 ATÉ 2011,  
TODAS AS PRIVATIZAÇÕES  
REALIZADAS NO BRASIL  
RENDERAM AO ESTADO  
US\$ 106 BILHÕES,  
INCLUINDO RECEITA  
DE OUTORGA E DÍVIDAS  
TRANSFERIDAS. DESSE  
MONTANTE, 32%  
DIZEM RESPEITO ÀS  
PRIVATIZAÇÕES DO SETOR  
DE TELECOMUNICAÇÕES  
E 30% DO SETOR DE  
ENERGIA ELÉTRICA

portes que já pode estar perto do limite, no que diz respeito à participação da iniciativa privada, há outros, como o de saneamento, em que se pode avançar muito.

“Foi uma discussão transformada em um debate ideológico, quando os resultados são reconhecidos por todos os governos que passaram, desde o Collor, FHC, Itamar, Lula e Dilma”, opina o ex-ministro dos Transportes do governo Itamar e membro da cúpula do PSDB. “Tanto é reconhecido que o que foi feito de privatização foi mantido e o que não foi feito agora se está fazendo. Ninguém pensa num retorno para o Estado do sistema de telefonia, nem de uma Embraer. Esse é um discurso político utilitário”, ataca Goldman.

O Ipea vem triando os dados do transporte rodoviário federal, por exemplo, e concluiu que com as concessões de estradas previstas para serem feitas neste ano pelo governo Dil-

ma, 13% da malha será passada para exploração da iniciativa privada. Segundo Carlos Campos, os cálculos apontam que dos 62 mil quilômetros de rodovias da União, 15% são consideradas de interesse pelo empresariado. O resto, ainda terá que ser mantida pelo Estado com recursos fiscais por terem baixo fluxo de veículos e serem deficitárias. Para Duarte, que representa as concessionárias, há outras formas de parcerias entre a iniciativa privada e o Estado para operar essas estradas de menor fluxo, que não a concessão completa.

### Novos avanços

---

Um dos setores por onde ainda a desestatização pode avançar muito no País é o de saneamento. Área em que titularidade é do município ou do Estado. Nessa área a política de privatização ainda é modesta e geralmente ocorre mediante concessões e vendas de participação acionária. Segundo os dados do BNDES, a arrecadação com a privatização do setor representa apenas 1% do total arrecadado com a política nacional de desestatização.

“Um dos grandes problemas das concessões na área de saneamento é que ainda há uma discussão por parte de pessoas que entendem que esse é um serviço essencial como saúde e educação e que por isso não podem ser passado para iniciativa privada”, avalia o coordenador de infraestrutura econômica do Ipea, Carlos Campos.

Outra discussão em torno das concessões de água pelo mundo é quando ao modelo a ser adotado – mesmo debate que envolveu no País as concessões rodoviárias. Um estudo coordenado por professores da Universidade Católica de Brasília sobre as

privatizações no setor de saneamento e o desempenho dos serviços constatou que como nas concessões da Argentina, “o desenho de um contrato é fundamental para determinar quem ganha e quem perde com as concessões”. Experiências em países da América Latina revelam que a falta de regras claras sobre os reajustes tarifários torna qualquer medida de reforma insustentável.

### **Iniciativa privada bem-vinda**

---

Números de investimento em infraestrutura no País evidenciam que é bem vinda a iniciativa privada no Estado, que tem limitações para atuar como empreendedor. “Estamos muito atrasados em relação à abertura do Estado para a iniciativa privada e como consumidores pagamos uma conta cara. Não temos o benefício da infraestrutura que precisamos nos portos, nas estradas, nas ferrovias e isso tudo custa caro. Para o consumidor, para o importador e, principalmente, para o exportador, porque nossos preços acabam ficando mais altos. Perdemos uma década. Veja agora o que está acontecendo com os preparativos para os jogos da Copa e das Olimpíadas”, afirma Oscar Malvessi, da FGV Management.

O atual governo corretamente enfatiza a necessidade de aumentar os investimentos em infraestrutura, ressaltou o coordenador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, Armando Castelar Pinheiro, em um artigo que escreveu no ano passado. O professor lembra, porém, que a prioridade dada ao setor não é nova. “Todos os governos nos últimos 60 anos enfatizaram essa questão, nos últimos 30 com pouco resultado. Em especial, o investimento em infraestrutura, que na dé-

cada de 1970 foi de 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB), caiu para 2,3% do PIB nos anos 1990 e apenas 2,1% em 2001-06.”

Segundo Castelar, “mapeamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mostra que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não alterou esse quadro: de fato, essa taxa caiu para pouco menos de 2% em 2005-08 e, pelos projetos planejados para 2010-13, pode continuar não superando, na falta de algum fato novo, o patamar de 2% do PIB no atual mandato presidencial”.

Essa falta de investimento faz com que a oferta de serviços de infraestrutura não acompanhe a demanda e nem permita fechar lacunas históricas, como no saneamento. No caso dos aeroportos, em especial, as expansões ocorridas na última década foram insuficientes para fazer frente a uma alta média anual de 9% no fluxo de passageiros, motivada pelo aumento e melhor distribuição da renda, o acesso ao crédito e a queda das tarifas, esta causada pela liberalização regulatória e a apreciação do real.

Na avaliação do coordenador do IBRE da FGV, são as privatizações que explicam porque a infraestrutura não está ainda pior e porque há menos problemas em setores como telecomunicações, energia elétrica, ferrovias e em algumas das principais estradas do País. “Sem dúvida, a grande inovação na infraestrutura brasileira nas últimas décadas foi a privatização, especialmente a empreendida no governo FHC”, escreve Castelar. Em telecomunicações, por exemplo, o País investiu 0,73% do PIB em 2001-06, contra 0,80% do PIB em 1971-80. Após a privatização, a proporção de acidentes nas ferrovias caiu 80%. ■



*Pesquisas Estudos Análises Inteligência Coordenação Articulação Facilitação*

# Sempre disseram que o Brasil era o país do futuro. E agora que o futuro chegou?

É justamente pensando no futuro que a **BRAiN** (Brasil Investimentos e Negócios) surgiu em 2010. Uma entidade privada patrocinada por entidades representativas de diversos setores da economia. Um grupo comprometido com a transformação do País em um polo de negócios e de atração de capitais para a América Latina: fortalecendo nossas relações com nossos vizinhos para estabelecer uma rede de negócios; potencializando nossa projeção internacional; ampliando nossa conexão com outros mercados; e reforçando a competitividade brasileira.

Para saber mais sobre nossa atuação acesse [www.brainbrasil.org](http://www.brainbrasil.org)

# “Os gargalos surgiram como fruto do crescimento da economia brasileira”

Presidente executivo da editora Abril e do Conselho de Administração da Brasil Investimentos e Negócios (BRAiN), Fábio Barbosa diz que o País precisa canalizar investimentos para o setor de infraestrutura, entre outros temas sobre os quais falou à **Conselhos** **Por Enzo Bertolini**

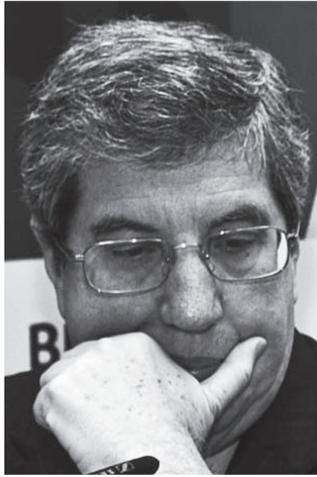
**P**rocurer pelo nome Fábio Barbosa no Google e você verá que todos os links na primeira página falam do presidente executivo da Abril S.A., cargo que assumiu em agosto do ano passado. Dono de um currículo respeitável, Fábio Colleti Barbosa possui uma carreira ligada a empresas do porte de Nestlé, Citibank, ABN Amro Bank, Banco Real e Banco Santander.

Além do setor privado, Barbosa foi presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), membro do Conselho de Administração da Petrobras, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República

do Brasil e do Instituto Empreender Endeavor.

Em qualquer palestra ou evento que participe será sempre muito procurado por economistas, empresários e líderes em busca de algumas poucas palavras ou colher opiniões sobre alguns assuntos.

Como presidente do Conselho de Administrativo da Brasil Investimentos e Negócios (BRAiN), Barbosa esteve na sede da FecomercioSP para participar de um café da manhã com mais de uma centena de representantes de escolas de negócio do Brasil e exterior. Ao final do evento, conversou com **Conselhos**.



**A CRISE DE 2008 E 2009 MOSTROU QUE AS EMPRESAS BRASILEIRAS PRECISAM ENFRENTAR A QUESTÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA, POIS VÁRIAS FRAGILIDADES FORAM EXPOSTAS NESSE PERÍODO. QUAL A SUA VISÃO SOBRE O ASSUNTO E QUAL DESAFIO PRECISA SER ENFRENTADO?**



As empresas brasileiras estão bem em termos de governança, avançaram ainda mais e aprenderam com os erros de 2008. A abertura de capital por parte de muitas empresas fez com que a governança ficasse mais sólida, mais transparente, e todos saíram ganhando com isso. O Brasil tem avançado muito. Os desafios nacionais não estão tanto na governança, mas em descobrir como aproveitar todas as oportunidades que temos. Para isso precisaríamos de mais capital interno e externo de longo prazo a custos mais baixos para aproveitar o momento da economia.

**QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS GARGALOS QUE TÊM AFETADO O CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO?**



Os gargalos surgiram como fruto do crescimento da economia brasileira. São as chamadas dores do crescimento. Nós só temos aeroportos congestionados e necessidade de infraestrutura para estradas porque temos mais carros e mais gente viajando. Não é um problema velho, mas novo. Problema velho são inflação e déficit na balança comercial. Os problemas novos são frutos do crescimento. E um dos problemas novos que nós temos é essa necessidade de investir em infraestrutura para acomodar uma massa de pessoas que antes ficavam marginalizadas. Isso é positivo. As oportunidades são essas: aeroportos, portos, estradas, energia elétrica, eventualmente questões trabalhistas, que pavimentariam o caminho.

**DE QUE MANEIRA O BRASIL PODE APROVEITAR O MOMENTO ECONÔMICO MUNDIAL COM AS PRINCIPAIS ECONOMIAS MUNDIAIS EM CRISE PARA SE TORNAR UM PLAYER ENTRE AS GRANDES POTÊNCIAS E UM POLO DE INVESTIMENTOS PARA A AMÉRICA LATINA?**



O Brasil tem aproveitado bastante esse ritmo de crescimento mundial, com a alta no preço de nossas *commodities* e todo o fluxo de investimentos que tem vindo para o País. Porém, para que possamos crescer mais a gente vai precisar, efetivamente, direcionar esses investimentos para infraestrutura e fazer reformas trabalhistas, coisas que deem ao Brasil uma condição de acelerar o ritmo de crescimento e atrair mais capital endereçando para os gargalos que temos hoje, que são praticamente os gargalos voltados a infraestrutura. Uma vez sanada essa questão, até pelo símbolo que representa, outros setores poderão, em seguida, crescer mais. Tendo mais transportes, mais energia, mais portos e mais aeroportos, isso alavanca o crescimento do resto da economia. Então a questão, basicamente, é capital para oferecer e priorização e gestão para que possamos aproveitar essas oportunidades que temos em infraestrutura.

**QUAL A SUA EXPECTATIVA E PERSPECTIVA DOS DESDOBRAMENTOS DA CRISE NA UNIÃO EUROPEIA? O FIM DA ZONA DO EURO SERIA UMA SOLUÇÃO A SER CONSIDERADA?**

4

O fim da zona do euro é uma solução de ruptura bastante preocupante a medida em que nos leva por um cenário desconhecido. A Europa trabalhou bastante para que se construísse alguma coisa que criasse uma identificação, uma convergência dos países, e eu não vejo o abandono do euro como sendo a solução. Pode ter um problema eventual, não sou capaz de dizer se a Grécia fica fora ou não fica, mas não significa o fim da zona do euro. A zona do euro é muito mais relevante em termos da integração das economias e agora, se falando também em integração de políticas fiscais e tudo mais, acho que a crise de 2011/2012 será vista como um processo de crescimento. Uma vez resolvido dá ainda mais força à zona do euro que, na minha opinião, continuará existindo. Eu não vejo essa ruptura, eventualmente um ou outro troço, mas nada que desvie da rota principal. A Europa durante algum tempo terá um ritmo de crescimento muito menor do que aquele que gostaríamos e poderiam ter e isso vai impactar a todos. Ruptura seria um cenário ruim. É do interesse de todos que alguma solução seja arrumada. O Brasil tem se beneficiado bastante do crescimento de outras regiões do mundo, como é o caso da Índia, da China e da África, o que faz com que o Brasil não seja tão fortemente impactado quanto seria caso a gente não tivesse outras regiões do mundo em um ritmo bom de crescimento - e que para nós interessa muito, a medida em que consomem nossos bens.

**DE QUE MANEIRA AS ELEIÇÕES AMERICANAS PODERÃO INFLUENCIAR A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DOS ESTADOS UNIDOS NOS PRÓXIMOS ANOS?**

5

A economia americana depende muito mais de um acerto com relação ao sistema financeiro para fazer a reativação da economia. Tanto o partido Republicano, quanto o Democrata têm suas dúvidas com relação a como colocar isso em um ritmo acelerado. Acho que o mais importante é que o período das eleições fique para trás e a partir de 2013 que todos trabalhem na mesma direção. As eleições paralisam um pouco, a medida em que o aspecto político fica mais relevante durante esse período. Eu estou otimista que, uma vez resolvidas as eleições, o assunto volte a ser tratado com uma visão de longo prazo e caminhe. A economia dos Estados Unidos tem reagido muito melhor do que as outras economias mundo afora, refletindo o dinamismo e a criatividade do americano. Empresas como Google, Facebook ou Apple são empresas que você nem poderia imaginar que existiriam, pelo menos no caso das duas primeiras. No caso da Apple houve uma reinvenção. O americano é dinâmico e o ambiente estimula a criatividade. A economia vai bem e irá melhor ainda quando a política ficar em segundo plano.

# Dividendos em alta para uma Bolsa em queda

---

Companhias listadas retornaram aos acionistas, em 2011, dividendos 5,4% superiores à média dos últimos cinco anos. Sinal de que o mercado vai bem, apesar dos solavancos da Bolsa **Por Patrícia Queiroz**

---



No mercado de capitais, uma das premissas fundamentais para quem investe é se proteger das oscilações e conseguir ganhar com elas. Assim, o *checklist* aplicado pelos investidores no levantamento de informações para o estabelecimento de critérios para decidir se vale, ou não, apostar em determinada companhia é cada vez maior: boas práticas de gestão, governança corporativa de alto nível, transparência na aplicação de recursos e responsabilidade socioambiental são elementares na hora desta checagem. O retorno gerado ao que foi investido é, sem dúvida, o item a encabeçar esta lista. E, para levantar esse dado, além de acompanhar a cotação diária da companhia

de interesse e como está sua liquidez, é comum averiguar como anda o pagamento de dividendos realizados pela empresa nos últimos trimestres. “Quando uma companhia paga dividendos, sinaliza que o ambiente onde atua está positivo. E mais, que possui caixa para remunerar seus acionistas e realizar os investimentos que julgar necessários para o futuro”, acredita Michael Araújo, professor de Finanças do Insper.

O fato é que, embora 2011 tenha sido um ano em que as más notícias internacionais aliadas a um cenário interno de alta inflacionária e restrição ao crédito derrubaram a Bolsa e tiraram o sono dos investidores, os dividendos pagos pelas companhias brasi-



*Professor Michael Araújo, do Insper: a isenção de Imposto de Renda é atrativo de valorização*

“ QUANDO UMA  
COMPANHIA PAGA  
DIVIDENDOS, SINALIZA  
QUE O AMBIENTE  
ONDE ATUA ESTÁ  
POSITIVO. É MAIS,  
QUE POSSUI CAIXA  
PARA REMUNERAR  
SEUS ACIONISTAS  
E REALIZAR OS  
INVESTIMENTOS QUE  
JULGAR NECESSÁRIOS  
PARA O FUTURO ”

# VALORES MÉDIOS

DOS PROVENTOS POR AÇÃO E DO *DIVIDEND YIELD* POR ANO NO BRASIL

PROVENTOS PAGOS	2011	2010	2009	2008	2007
MÉDIA POR AÇÃO <sup>1</sup>	R\$ 0,97	R\$ 0,63	R\$ 1,38	R\$ 0,81	R\$ 0,80
DIVIDEND YIELD (%) <sup>1</sup>	4,80%	1,95%	2,12%	1,86%	2,93%
SELIC <sup>2</sup>	11,62%	9,78%	9,93%	12,53%	11,88%
POUPANÇA <sup>2</sup>	7,5%	6,81%	6,92%	7,90%	7,70%

1 – Fonte: BM&FBOVESPA; 2 – BACEN; Consolidação: Instituto Assaf

leiras listadas subiram. Coincidência? Nem tanto, talvez. Se essa foi uma estratégia para reter o investidor durante o período ruim da Bolsa, ninguém confirma. Mas, a receita parece ter dado certo, pois, oferecer o retorno por esse sistema, admitem os especialistas extraoficialmente, pode ter sido um elemento importante de retenção dos investidores. Oficialmente, todos preferem destacar o amadurecimento do mercado doméstico como principal fator de superação às adversidades da Bolsa no ano passado.

Um levantamento realizado pelo Instituto Assaf indica que, em 2011, a remuneração de dividendos ficou 5,4% acima da média paga nos últimos cinco anos, girando em torno dos R\$ 0,97 por ação, ante R\$ 0,92 pago, em média, nos anos anteriores. Os dividendos também geraram retorno superior ao valor das cotações das ações em relação aos anos anteriores. De acordo com os dados da entidade, no ano passado, o *dividend yield*, como é conhecido no mercado o retorno porcentual que o dividendo

gerou ao ser distribuído sobre a cotação da ação na Bolsa, foi de 4,8%. “Em diferentes e importantes segmentos da economia, as companhias locais têm priorizado o pagamento de dividendos regularmente nos últimos anos. Todos ganham com isso. O mercado com mais liquidez e o investidor com maior retorno”, diz Fabiano Guasti Lima, professor de Finanças da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Instituto Assaf.

Outro exercício, na mesma linha, indica que, enquanto no acumulado entre 2005 e 2011 o Ibovespa rendeu 69,64%, o Índice Dividendos (IDIV) – lançado há menos de um ano pela BM&FBovespa e que reúne as companhias listadas que apresentaram os maiores *dividend yields* – no mesmo período, teria rendido 193%. “Esse raciocínio mostra que as empresas pagadoras de dividendos têm obtido, na média, desempenho melhor na Bolsa”, pondera Araújo, do Insper, lembrando que a isenção de Imposto de Renda é outro atrativo de valorização desse retorno.



Reginaldo Alexandre, presidente da Apimec-SP

“DE UM LADO,  
AS EMPRESAS OFERECEM,  
POR REGRAS DE  
COMPLIANCE E POR  
NECESSIDADE DE  
MANTER O INTERESSE  
DO MERCADO, CADA VEZ  
MAIS ELEMENTOS PARA  
QUE O INVESTIDOR SEJA  
FIEL ÀS SUAS ESCOLHAS.  
DE OUTRO, QUEM INVESTE  
FAZ A LIÇÃO DE CASA”

## Moeda de troca?

A elevação nos pagamentos de dividendos e, conseqüentemente, melhor atratividade e rentabilidade, seria estratégia das corporações para evitar fuga em massa do investidor menos habituado ao sobe e desce comuns do mercado, especialmente em momentos de tensão econômica? O consenso é que o País evoluiu em várias frentes e nesse segmento também. Com isso, o investidor local não corre freneticamente para a renda fixa ao primeiro sinal de fumaça na Bolsa.

Para Lima, isso fica cada vez mais claro. “Mesmo nos tempos difíceis, as empresas locais nunca estiveram tão sólidas. Prova disso é que, tanto na crise de 2008, quanto em 2011, houve quedas bruscas na Bolsa, com muita perda de dinheiro e suas conseqüências, mas não houve quebradeira.”

Com a mesma visão otimista, Reginaldo Alexandre, presidente da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais no Estado de São Paulo (Apimec-SP), afirma ser desnecessária qualquer “moeda de troca”. “O nosso mercado está maduro”, avalia. Para ele, mercado e investidor, especialmente a pessoa física (*home broker*), vêm se especializando na coleta e checagem de informações para diferenciar “o joio do trigo” e amadurece, pouco a pouco, sua escolha nas apostas que faz. A exemplo do mercado de capitais com maior longevidade do que o brasileiro, como o europeu e o norte-americano, a tendência, projetam os especialistas, é que o investidor fique cada vez menos arisco às oscilações e eventuais turbulências.

“De um lado, as empresas oferecem, por regras de *compliance* e por necessidade de

manter o interesse do mercado, cada vez mais elementos para que o investidor seja fiel às suas escolhas. De outro, quem investe faz a lição de casa”, acredita Alexandre.

E é justamente essa lição, segundo Lima, do Instituto Assaf, que tem mantido o investidor no mercado, mesmo com uma gama maior de produtos em escala crescente de complexidade, como os derivativos. “É preciso estudar e entender os fundamentos técnicos e fundamentalistas. O investidor tem que se informar sempre, ler e procurar dados relevantes em fontes confiáveis sobre política e macroeconomia e não apenas sobre questões relativas aos seus interesses e os da empresa onde ele aplica. Tem que entender por quais razões a Bolsa cai aqui dentro quando o mundo bagunça lá fora”, sustenta.

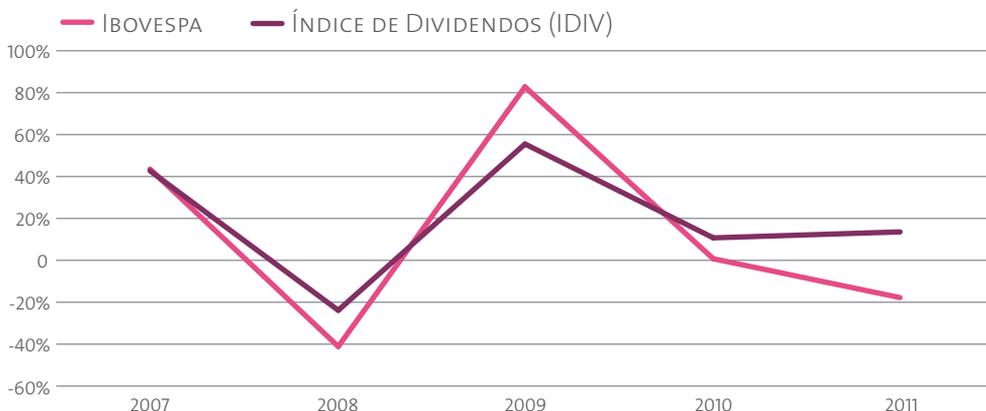
Ao que tudo indica, com mais informações

e elementos para decidir, o investidor em renda variável, especialmente a pessoa física, tem optado em se manter no páreo mesmo nos tempos de arrefecimento. Dados da BM&FBovespa mostram que, enquanto, em 2005, o total de investidores pessoa física no pregão era de pouco mais de 155 mil participantes, no ano passado, o número ultrapassava os 583 mil.

A instituição não esmiúça sobre que total de investidores ocorreu o incremento, mas reitera que o percentual de participação do investidor individual nos negócios da Bolsa se manteve praticamente estável nos últimos anos. Saiu dos 23% em 2007 para os 21,4% em 2011, sendo, de acordo com especialistas do mercado, grande parte deste recuo justificada pelo aumento da base total dos investidores, o que reduziria a participação relativa dos *home brokers*.

## VOLATILIDADE REDUZIDA

COMPANHIAS QUE PAGARAM DIVIDENDOS SOFRERAM, NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, MENOR OSCILAÇÃO DE COTAÇÃO NO MERCADO DO QUE O IBOVESPA



Fonte: BMF&Bovespa

DADOS DA  
BM&FBOVESPA  
MOSTRAM QUE,  
ENQUANTO,  
EM 2005, O TOTAL  
DE INVESTIDORES  
PESSOA FÍSICA NO  
PREGÃO  
ERA DE POUCO MAIS  
DE 155 MIL  
PARTICIPANTES,  
NO ANO PASSADO,  
O NÚMERO  
ULTRAPASSAVA  
OS 583 MIL

Recorrente pagadora de dividendos, a Equatorial Energia não sacrifica o caixa, prejudicando eventuais investimentos futuros, para manter e agradar seu investidor, garante Eduardo Haiama, diretor Financeiro e de Relações com Investidores da companhia. “Nosso objetivo é dar indicativos claros de que estamos cuidando bem da empresa e do dinheiro aplicado”, explica.

Para o executivo, a boa performance dos pagamentos de dividendos deve ser um atrativo, mas não fator decisivo para a aplicação financeira. “O investidor tem que confiar que quando retemos recursos que poderiam ser entregues na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio estamos vislumbrando oportunidades. É nisso que trabalhamos o tempo todo, para que ele entenda que há montanha-russa o tempo todo, mas que tem retorno sobre o valor

investido. Por isso, é importante que se olhe sempre para o longo prazo”, justifica.

Mas será que esse jogo do convencimento para manter-se ‘bem cotado’ e ativo no mercado de capitais ainda compensa? Haiama garante que sim. “Em um país com taxa de juros em queda, economia estável e bons indicadores, a procura por investimentos diversificados na Bolsa tende a aumentar. Todo o mercado ganha”, justifica o executivo.

Com uma lista ampla de investimentos a fazer, segmentos ligados à infraestrutura e serviços devem se manter entre os bons e habituais pagadores de dividendos de um lado e, de outro, atentos às necessidades do investidor para manter a atratividade. “As maiores corporações de setores como energia, construção civil, saneamento e telecomunicações estão esperando a janela certa para realizarem novos aportes em melhorias e expansão”, projeta Lima, do Instituto Assaf.

Para Alexandre, da Apimec-SP, o cenário é estimulante. “Ainda que em 2011 a crise tenha gerado maior aversão a risco, o mercado está, aos poucos, retomando os patamares anteriores. A tendência é de melhora”, observa.

## Fechamento de capital

---

Mas se o mercado está maduro e o investidor local mais ‘calmo’ diante das perdas, fechamentos de capital anunciados recentemente tendem a gerar alguma forma de estranhamento nos investidores. Redecard, Confab e Ampla têm, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), análise de ofertas públicas de aquisição de ações (OPAs). Especialistas acreditam que mire



o encerramento da negociação dos papéis. “É mais um sinal positivo de que o mercado local está amadurecido”, acredita o professor Michael Araújo, do Insper. Isso porque, para essas empresas, o preço pago por sua participação no mercado está aquém do necessário. “Para a Bolsa e o mercado em geral, é claro, é sempre ruim ter menos uma companhia listada”, ressalva.

Independentemente da forma como o

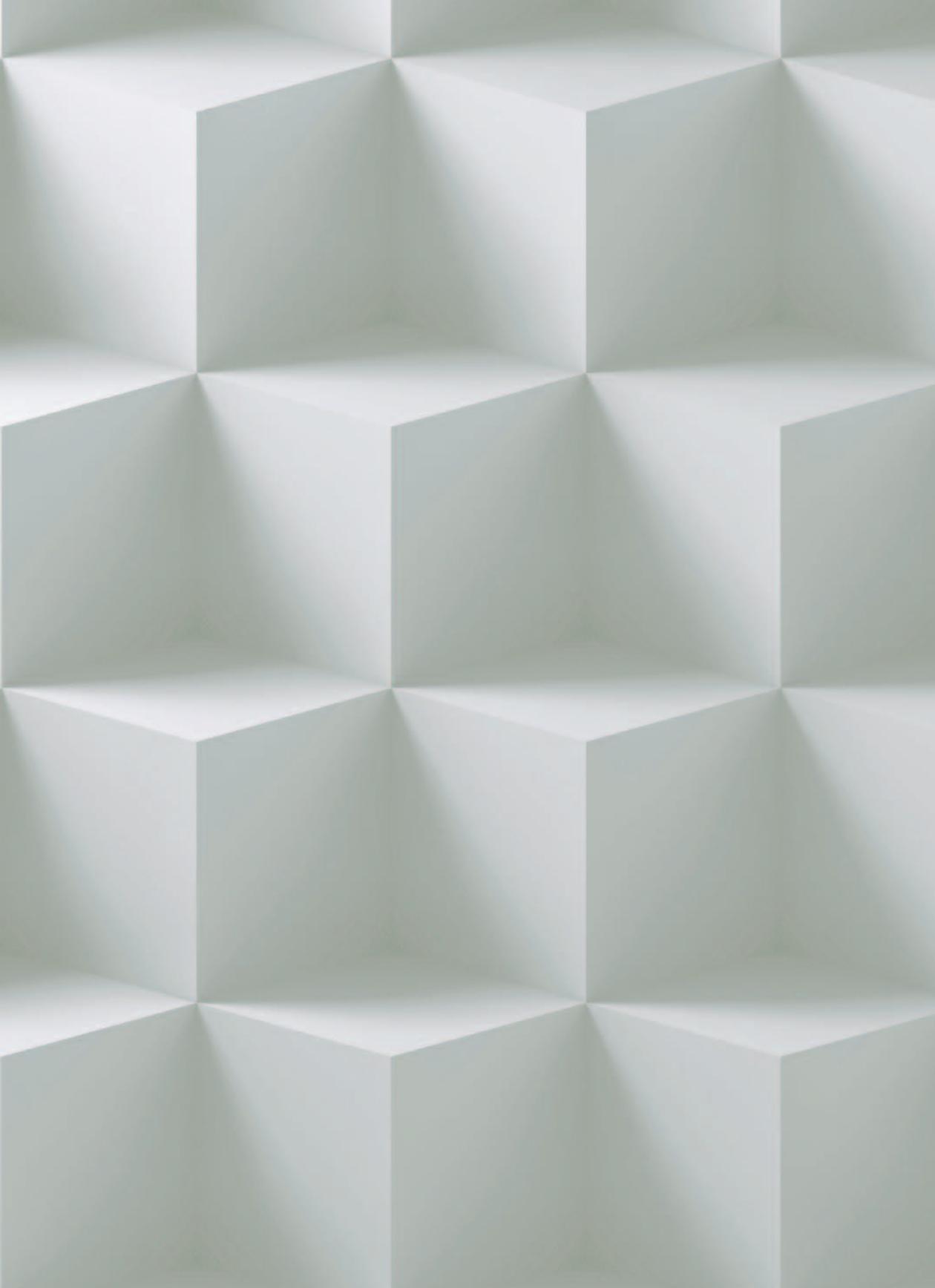
mercado continue a se comportar nos próximos meses – e depois da surra de 2011, a Bovespa aparenta ter iniciado este ano com o pé direito –, não há como negar que elevar o pagamento de dividendos pode ter sido um fator relevante para reter investidores na Bolsa. O futuro, e novos solavancos, determinarão até onde o mercado está efetivamente amadurecido e o investidor preparado. ■

# Protocolo ICMS 21: ameaça às empresas e consumidores

---

O comércio eletrônico caiu rápido no gosto do brasileiro, no entanto, a guerra fiscal segura o crescimento do setor e onera quem compra **Por Andrea Ramos Bueno**

---



**D**riblar distâncias de um País continental para entregar os pedidos na data prometida ao cliente sempre foi um dos maiores desafios do *e-commerce* brasileiro. Para aumentar essa dificuldade, 19 Estados e o Distrito Federal, decidiram, em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que os produtos adquiridos por meio de compras não presenciais, por telefone ou sites de vendas, seriam tributados também na chegada, quando o destino fosse um dos Estados signatários.

Assim, desde 1º de abril do ano passado, qualquer produto entregue no Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia e Sergipe, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal, tem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado mais uma vez, resultando em dupla tributação e ônus para o consumidor final. A alegação dos signatários é de que o aumento das vendas via internet causou uma perda de arrecadação bastante significativa e que, o texto da Constituição, de 1988, não prevê, e nem poderia, essa modalidade de compra.

Para discutir os problemas que a assinatura desse protocolo vem trazendo para o comércio eletrônico, o Conselho de Interação e Comércio Eletrônico da FecomercioSP realizou o debate “Protocolo 21 – A problemática do ICMS nas operações do *e-commerce*”. Todo o conteúdo analítico desta reportagem foi extraído das palestras realizadas nesse debate, ocorrido em 7 de fevereiro, na sede da Federação, na capital paulista.

A segunda cobrança do ICMS é feita ao consumidor pelo governo do Estado em que ele vive. Com isso, a compra não presencial, feita por telefone ou sites de vendas, pode ser onerada em mais de 15%. Além disso, os prazos de entrega não são cumpridos já que a fiscalização aumentou na chegada desses produtos ao Estado signatário.

O presidente do Conselho de Interação e Comércio Eletrônico da FecomercioSP, Pedro Guasti, lembra que os prejuízos ultrapassam a questão econômica. “Além de o protocolo gerar um ônus financeiro, duplicando a cobrança do ICMS, há ainda o custo operacional, pois a empresa que for entregar nos Estados signatários precisa recolher guias de forma manual e por último, o atraso nas entregas, prejudicando a imagem das empresas perante o consumidor”, queixa-se Guasti.

Na tentativa de reverter essa situação, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a pedido da FecomercioSP, propôs, em julho do ano passado, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 4.628, no Supremo Tribunal Federal, questionando a legalidade do protocolo.

A argumentação do advogado da CNC, Fernando César Thiago de Mello, se baseou em quatro pontos dos artigos 150 e 155 da Constituição Federal, que impediriam a vigência da medida.

O texto desses artigos veda a utilização de tributo com efeito de confisco; proíbe que União, Estados, Distrito Federal e municípios, estabeleçam limitação ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais,



*Argos Gregório, advogado e consultor tributário: pela unificação de alíquotas*

“ SÓ ESTE ANO  
JÁ PRECISEI CHAMAR  
A POLÍCIA MILITAR  
DIVERSAS VEZES,  
EM ESTADOS DO  
NORDESTE, PARA LIBERAR  
PRODUTOS. TUDO ISSO  
LEVA TEMPO, PRECISA  
ARGUMENTAR COM  
O FISCAL QUE DIZ ESTAR  
APENAS CUMPRINDO  
ORDENS DE SEU ESTADO.  
É O PREJUÍZO À IMAGEM  
DA EMPRESA? ”

ressalvada a cobrança de pedágio; não permite a criação de um substituto tributário, o que poderia ser feito somente por meio de legislação e ainda especifica que: “nas vendas interestaduais, ao consumidor final, não contribuinte de ICMS, aplica-se a alíquota interna do Estado de origem”. O argumento da ação impetrada pela CNC é de que a medida adotada pelos 20 signatários do protocolo fere os pontos desses dois artigos.

“O Protocolo ICMS 21 quer exatamente o contrário do que diz a Constituição, alegando prejuízos. Eu não me arrisco a dizer que seremos vitoriosos nesse caso, temos

que aguardar a decisão de mérito dessa ação no Supremo, mas tenho expectativas bastante positivas, tamanha a quantidade de pontos que ferem a Constituição”, explica o advogado da CNC.

Ele cita um caso em que uma cliente foi chamada na Secretaria da Fazenda do Distrito Federal para recolher o ICMS referente a alguns potes decorativos que ela havia comprado pela internet. “É como se ela tivesse importado um produto”, afirma.

Em uma simulação, um cliente que vive no Piauí (Estado signatário), ao adquirir um produto no valor de 1000 unidades monetárias, que sairá de Santa

“ O PROTOCOLO  
AFRONTA REGRAS  
MUITO CLARAS  
DA CONSTITUIÇÃO.  
TODAS AS ADINS  
IMPETRADAS  
EM RAZÃO DE GUERRA  
FISCAL, CONTRÁRIAS  
À LEI VIGENTE, FORAM  
ACOLHIDAS PELO STF ”



*Luciano Miguel, diretor da consultoria tributária da Secretaria da Fazenda de São Paulo*

Catarina teria uma alíquota de 17% (referentes à alíquota interna do Estado). Com a aplicação do Protocolo 21 a essa compra, ela aumenta em 270 unidades monetárias, resultando num acréscimo de 58%. “É muita coisa num momento de competição, de redução de custos, de desenvolvimento dos negócios”, destaca Thiago de Mello.

No pacote das expectativas de um julgamento que vá contra aos Estados signatários, estão pareceres da Advocacia Geral da União e da Procuradoria Geral da República que se manifestaram favoráveis ao acolhimento do pedido da CNC.

A inconstitucionalidade da medida também faz com que o diretor da consultoria tributária da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Luciano Garcia Miguel, acredite que o julgamento do mérito da questão será contrário ao protocolo.

“O protocolo afronta regras muito claras da Constituição; além disso, o Supremo Tribunal Federal vem se voltando contra as práticas do Estado que entram em choque com a Constituição. Todas as Adins impetradas em razão de guerra fiscal, contrárias à lei vigente, foram acolhidas pelo STF”, explica o representante do governo paulista, que credita às divergências entre participantes e não participantes do Protocolo 21 a falta de coesão entre os Estados brasileiros.

Devido aos tópicos constitucionais que impediriam a vigência do Protocolo ICMS 21, especialistas acreditam que esse foi apenas um caminho que os Estados signatários encontraram para forçar uma discussão sobre o assunto.



“DIARIAMENTE RECEBO QUESTIONAMENTOS DE NOSSOS ASSOCIADOS A RESPEITO DO PROTOCOLO 21 E PERCEBO QUE A PREOCUPAÇÃO MAIOR É COM A INSTABILIDADE, POIS EXISTE UMA REGRA CONSTITUCIONAL QUE VINHA SENDO CUMPRIDA E, DE UMA HORA PARA OUTRA, PASSA A SER DESRESPEITADA POR ALGUNS ESTADOS”



*Fernando Vaisman, do Comitê Jurídico da Câmara – e.net para assuntos tributários: é difícil explicar o Protocolo 21 aos investidores estrangeiros que gostariam de entrar no mercado nacional*

No entanto, esses Estados signatários correm o risco de receber uma série de ações de ressarcimento, movidas por consumidores que tiveram que pagar o ICMS para receber o produto, caso o Supremo julgue contra o protocolo e determine que a decisão tenha efeito retroativo.

Nos Estados Unidos e em países europeus, como a Itália, a chegada da internet não mudou em nada a tributação de mercadorias comercializadas de maneira não presencial. As compras em território americano são tributadas no final do processo. Já os italianos pagam como os brasileiros: a tributação é na origem do produto.

O advogado e consultor tributário, Argos Gregório, relatou diversos casos em que o protocolo gerou prejuízos e perda de tempo para liberação de mercadorias. “Só este ano já precisei chamar a polícia militar diversas vezes, em Estados do Nordeste, para liberar produtos. Tudo isso leva tempo, precisa argumentar com o fiscal que diz estar apenas cumprindo ordens de seu Estado. E o prejuízo à imagem da empresa? O consumidor vai à Justiça e tem certeza de que será vitorioso. Ele não quer saber de protocolo e que a empresa não entregou porque foi impedida”, exemplifica. Para ele, a unificação de alíquotas, via emenda constitucional, daria um fim a essas divergências.

O prejuízo à imagem do País foi outro tópico levantado pelo membro do comitê jurídico da Câmara-e.net para assuntos tributários, Fernando Vaisman. “Diariamente recebo questionamentos de nossos associados a respeito do Protocolo 21 e percebo que a preocupação maior é com a

instabilidade, pois existe uma regra constitucional que vinha sendo cumprida e, de uma hora para outra, passa a ser desrespeitada por alguns Estados. Investidores estrangeiros, que gostariam de entrar nesse mercado se sentem inseguros para atuar no setor. É difícil explicar isso a eles”, alerta Vaisman.

## Interesse do consumidor

---

As dificuldades e prejuízos que o Protocolo ICMS 21 impõem ao varejo também têm efeito perverso sobre o consumidor.

O morador de uma pequena cidade do interior de um Estado signatário, que tem por perto uma ou duas lojas de eletrodomésticos, não terá muitas opções de pesquisa de preços, já que, ao adquirir um produto via telemarketing ou site de compras, terá que recolher o ICMS para receber ou retirar a mercadoria. Esse consumidor está em desvantagem em relação a quem mora nos Estados que não aderiram ao protocolo.

Além disso, “há também o risco de empresas que tenham mais prejuízos que lucros ao vender para o consumidor de uma das 20 unidades da Federação participantes do protocolo, decidam excluir os Estados signatários de suas operações, tirando do consumidor o direito de ter mais opções de compra”, lembra Vaisman.

Enquanto a Ação Direta de Inconstitucionalidade, impetrada pela CNC, a pedido da FecomercioSP não é julgada pelo STF, os prejuízos, para ambos os lados, continuam. Não há uma data ou um prazo para que a questão seja analisada. ■



# Visto americano: oportunidade para o mercado brasileiro

O Brasil pode ver o tema da facilitação do visto norte-americano como uma oportunidade ímpar de mercado. O governo dos Estados Unidos mostra mais disposição para facilitar a entrada dos brasileiros, que são os responsáveis pelo quinto maior gasto em atividade turística naquele país. A flexibilização do visto é fundamental para o incremento da economia e do turismo dos EUA, mas a medida não trará ganhos apenas para o mercado estadunidense. A ação também tem grande valor para o turismo mundial e para geração de emprego e renda no Brasil. Qualquer medida do governo americano que facilite a ida de brasileiros deverá ter imediata reciprocidade, o que nos ajuda a receber mais americanos. Os Estados Unidos representam hoje o segundo maior mercado emissor de turistas ao Brasil: quase um milhão de visitantes por ano. Os norte-americanos estão ainda entre os que mais gastam por aqui – são US\$ 1.370,00 por viagem.

Com a possibilidade de ampliação desse público, surge a nossa oportunidade de incrementar a entrada de divisas estrangeiras e o turismo de negócios e eventos no Brasil.

Para ficar de olho nos gastos dos americanos, é necessário conhecer os hábitos de consumo do estrangeiro que vem ao Brasil.

Quando analisamos o comportamento e o gasto em viagens, é preciso entender quem é este consumidor e no que ele gasta o seu dinheiro. No caso dos brasileiros, os dados indicam que cerca de 70% dos gastos concentram-se em eletrônicos, roupas e serviços turísticos. Esse dado é muito diferente quando se trata do turista internacional que vem ao Brasil.

O estrangeiro que visita o nosso País já adquiriu os bens básicos de consumo, aqueles que os brasileiros costumam comprar fora daqui. Então os gastos dos estrangeiros ficam concentrados em atividades turísticas, cultura e passeios. O que nós precisamos fazer agora é aproveitar o possível aumento da entrada de estadunidenses no Brasil nos próximos anos. Para isso, é necessário pesquisar a fundo os hábitos de consumo desse público em viagens, saber o que realmente lhes interessa. Com as pesquisas, podemos oferecer mais produtos e serviços turísticos que ampliem os gastos de estrangeiros trazendo mais emprego e renda para o nosso País.

A pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para a Demanda Turística Internacional de 2010 aponta alguns dados sobre os gastos de turistas norte-americanos. A maior parte dos americanos que visitam o Brasil (44%) utilizam hotéis, *flats*, ou pousada como tipo de alojamento. Os turistas que mais gastam por dia são aqueles que vêm ao Brasil para lazer (são US\$ 95,5 diários) e para negócios, eventos e convenções (US\$ 151,58).

Os que vêm a lazer costumam ficar mais tempo no Brasil (média de 13 dias) do que aqueles que vêm a negócios (ficam em média dez dias). O que mais encanta os estadunidenses entre os serviços turísticos oferecidos pelo Brasil é a hospitalidade e a gastronomia. O que menos agrada são os preços.

As pesquisas são de extrema importância para entendermos quem é esse turista e como podemos aproveitar melhor e também incentivar os gastos de cada um deles. Os números apontam o tamanho da oportunidade para o mercado no Brasil: os turistas estrangeiros estão deixando cada vez mais divisas em nosso País. Aqueles que estiveram no Brasil em 2011 gastaram US\$ 6,775 bilhões, ultrapassando a meta projetada pelo governo brasileiro, calculada em US\$ 6,4 bilhões.

O valor foi recorde e representa um crescimento de 14,4% em relação a 2010, quando o resultado havia ficado em US\$ 5,919 bilhões. A entrada de divisas por meio de viagens internacionais ao Brasil, registrada em janeiro de 2012, também foi recorde da série histórica. O valor superou a entrada de dezembro do ano passado, quando US\$ 650 milhões ingressaram no País. O cálculo foi realizado pelo Banco Central e inclui trocas cambiais oficiais e gastos com cartões de crédito internacionais.

Os EUA começaram a ofensiva para atrair mais turistas brasileiros. Agora o governo federal do Brasil já verifica a aplicação do princípio de reciprocidade em relação à facilitação de concessão de vistos a brasileiros para que a regra também se aplique aos turistas norte-americanos que desejam visitar o Brasil. A burocracia dos vistos é encarada pela indústria mundial de viagens e turismo como um obstáculo para a entrada no País. No caso do Brasil, o turismo é o quinto item da pauta de exportações, o que demonstra a força do setor como ferramenta de desenvolvimento econômico e grande geradora de empregos. O Brasil hoje é o quinto País que mais gera empregos com o turismo no mundo. Facilitar a vinda de estrangeiros com a reciprocidade será ainda mais um incentivo e uma grande oportunidade para aproveitar a entrada de divisas estrangeiras que cresce a cada ano.

O investimento em capacitação de profissionais dos setores que oferecem serviços turísticos no Brasil é fundamental para atendermos os nossos turistas de forma cada vez mais completa. A intenção de retorno dos turistas estrangeiros que visitam o País tem uma média de 96%, ou seja, quase todos que vêm ao Brasil desejam voltar. Quando incrementamos nossos serviços e preços podemos atingir um dos maiores objetivos nacionais: o de fazer com que norte-americanos e outros estrangeiros que nos visitam possam ficar cada vez mais tempo e atrair cada vez mais divisas para a nossa receita. ■

Presidente do Conselho  
de Turismo e Negócios da FecomercioSP

# “Podemos viver com o Fed e todos os problemas causados por ele no século 20?”

Um dos maiores teóricos da Escola Austríaca de Economia, Steven Horwitz, analisa as crises econômicas do século 20, explica por que pede o fim do Fed e os benefícios de um mercado livre de bancos centrais **Por Enzo Bertolini**

**A**s eleições americanas ainda estão na fase de escolha de candidatos, mas já pegam fogo nos bastidores graças a uma ideia polêmica do candidato republicano Ron Paul: acabar com Federal Reserve (Fed), o Banco Central americano.

Autor do livro “O Fim do Fed – Por que acabar com o Banco Central?”, lançado no final de 2011 pelo Instituto Ludwig Von Mises, Paul teve sua ideia debatida na reunião do Conselho Superior de Economia da FecomercioSP.

Na ocasião, esteve presente no encontro o economista americano Steven Horwitz,

mestre e doutor em Economia pela George Mason University e professor da St. Lawrence University, em Canton (NY) e um dos maiores teóricos da Escola Austríaca de Economia.

Em recente artigo, Horwitz diz que “como a criança que mata seus pais e depois pede compaixão porque ele é um órfão, o Federal Reserve tem uma longa história de pedir mais poderes regulatórios para limpar a bagunça em que sua ação ou omissão é a causa primária”.

A seguir, conheça um pouco mais das ideias do economista americano, que atendeu **Conselhos** na sede da FecomercioSP.



**Conselhos – POR QUE O SENHOR ACREDITA QUE O FEDERAL RESERVE DEVE SER FECHADO?**

*Steven Horwitz* – Por dois motivos. O primeiro é pelos problemas que o Fed causa. Bancos centrais, em geral, são fontes de inflação e ciclos de instabilidades macroeconômicas. Além disso, outro problema causado por bancos centrais é que eles permitem que governos rolem grandes quantidades de dívida, inflacionando a moeda, vendendo títulos de suas dívidas. Essas são as questões principais que bancos centrais causam. O segundo motivo é porque eu penso que uma alternativa de um sistema livre de bancos centrais não causaria esses entraves e permitiria mais estabilidade e menos inflação no geral.

**Conselhos – AO INVÉS DE ENCERRAR O FED, NÃO SERIA MELHOR PROPOR DIFERENTES REGULAMENTAÇÕES E CONTROLES PARA O SISTEMA FINANCEIRO?**

*Horwitz* – Falando pela perspectiva da política monetária: podemos confiar na pessoa que estiver no comando do Fed em fazer as coisas direito? Da perspectiva da regulação, nós tivemos o Fed por mais de 100 anos e tivemos massivas quebras de bancos nas décadas de 20 e 30, inflação, quebra de bancos de novo, e uma série de problemas, o que nos faz crer que eles farão certo desta vez? Outra questão que precisa ser considerada aqui também é por que o dinheiro no sistema financeiro é diferente? Por que precisamos de um sistema regulatório separado? Por que não podemos fazer como outras empresas fazem, ou deveriam fazer, que em seus negócios são

obrigadas a respeitar contratos, não agir fraudulentamente, por que precisamos dessa regulamentação separada?

**Conselhos – O FED NÃO TEM A FUNÇÃO DE REGULAR AS ATIVIDADES DOS BANCOS AO IMPOR LIMITES E CONTROLES PARA QUE NÃO SURJAM NOVAS BOLHAS?**

*Horwitz* – Sim, mas a pergunta é de onde vêm as bolhas? E um dos argumentos é que as bolhas não vêm do mercado, mas quando o Fed muda regras ou emite moeda provendo crédito que leva a bolhas. Elas não aparecem do nada. Mas sim por políticas conscientes do Fed, que ao manter os juros baixos, e outras políticas regulatórias no mercado de imóveis fez com que houvesse financiamentos baratos e liberados para qualquer um, algo que eles nunca fariam em um mercado livre.

**Conselhos – É POSSÍVEL OS ESTADOS UNIDOS E O MUNDO VIVEREM SEM O FED DEPOIS DE QUASE 100 ANOS DE ATIVIDADE?**

*Horwitz* – Foi muito bem por 135 anos ou mais. E nós temos exemplos históricos como a Escócia ou Canadá que não tiveram bancos centrais por um longo período e tinham um ótimo sistema bancário, principalmente porque eles não tratavam bancos de maneira diferente que nenhuma outra empresa. No Canadá isso era real no século 20. Há outros bons exemplos também em lugares menores. Você me perguntou: “Podemos viver sem o Fed?”. Eu te pergunto: “Podemos viver com o Fed e todos os problemas que são causados por ele no século 20?”.



**Conselhos – HÁ ALGUM PAÍS NO MUNDO QUE NÃO TENHA UM BANCO CENTRAL?**

*Horwitz* – Eu acredito que não haja nenhum país que não tenha um banco central, pelo menos não consigo me lembrar no momento, talvez algum pequeno país. Mesmo entre nações que nasceram nos últimos anos, uma das primeiras coisas que elas fazem é criar um banco central. Isso ocorre porque a moeda é parte da identidade nacional, mas é justamente isso que precisamos questionar mais: Você precisa de fato de um Banco Central?

**Conselhos – QUAL O IMPACTO DO FED NA ECONOMIA AMERICANA E NA ECONOMIA MUNDIAL?**

*Horwitz* – Certamente é enorme. O Fed provê liquidez e crédito de maneira muito grande, o dólar ainda é a moeda de reserva mundial, ou costumava ser e, ao definir

“ EU ACREDITO QUE NÃO HAJA NENHUM PAÍS QUE NÃO TENHA UM BANCO CENTRAL, PELO MENOS NÃO CONSIGO ME LEMBRAR NO MOMENTO, TALVEZ ALGUM PEQUENO PAÍS. ISSO OCORRE PORQUE A MOEDA É PARTE DA IDENTIDADE NACIONAL ”

suas taxas de juros serve como modelo para outros lugares. Se Ben Bernanke diz alguma coisa, todo mundo ouve.

**Conselhos – O FIM DO FED NÃO IRIA IMPACTAR NO CONTROLE DA INFLAÇÃO, UMA VEZ QUE NÃO HAVERIA MAIS UM CONTROLE CENTRAL DOS JUROS?**

*Horwitz* – Ao contrário teria um efeito positivo na inflação reduzindo-a significativamente. Haverá impacto também na taxa de juros, pois se reduzirmos a inflação e a expectativa, com certeza traria a taxa de juros para baixo. Ao mesmo tempo um sistema bancário mais competitivo provavelmente não criaria crédito do jeito que o Fed faz, então o efeito negativo não é claro.

**Conselhos – SEM UM BANCO CENTRAL, PODERIA HAVER MAIS ESPECULAÇÕES DO QUE TEMOS AGORA?**

*Horwitz* – Essa é uma boa questão, eu acho que não. Uma coisa precisa ser mantida em mente em relação às bolhas. Quando você tem um banco central alimentando artificialmente crédito você tende a ter alguma especulação. A bolha imobiliária foi causada por especulação de preços. De onde o combustível vem? O combustível veio do Fed. As pessoas não ficam malucas aleatoriamente, alguém as leva a ficarem loucas. O Fed, ao manter os juros tão baixos, encorajou o comportamento de bolha que nós vimos.

**Conselhos – SERIA UMA BOA SAÍDA APÓS O FIM DO FED RECRIAR O PADRÃO OURO-DÓLAR ? OU COM ALGUMA OUTRA COMMODITY?**

*Horwitz* – Depende do que você quer di-

zer com padrão ouro. Se você quiser dizer manter o Fed e suas reservas resgatáveis em ouro, isso seria melhor do que temos agora. Mas não tão bom quanto ter um verdadeiro mercado produtivo e competitivo resgatável em algum tipo de *commodity*. Se você quer manter um banco central e ter sua moeda resgatável em alguma *commodity* com um limite, isso é uma coisa boa. Mas se o banco central produzir muito e as pessoas puderem resgatar na *commodity* escolhida isso colocaria um limite na inflação. Mas não tão bom quanto se livrar do banco central e seu controle sobre a produção do dinheiro.

**Conselhos – ISSO É O MELHOR OU SÓ MAIS UMA SOLUÇÃO?**

*Horwitz* – Ter um banco central com lastro em alguma *commodity* é melhor que um banco central sem esse lastro, mas não é o melhor. O melhor é ter um sistema competitivo sem um banco central com lastro em *commodity*.

**Conselhos – UMA CESTA DE MOEDAS COMO LASTRO SERIA UMA BOA SAÍDA?**

*Horwitz* – Essa ideia veio do economista americano Irving Fisher, que ficou famoso por fazer previsões antes da quebra da bolsa em 1929. Talvez funcione. O problema com essa proposta é que nós sabemos que o dinheiro cresce por causa daquilo que as pessoas negociam. Ouro e prata poderiam ser utilizados como dinheiro agora porque já foram usados no passado e as pessoas utilizam-nas para negócios. Ninguém negocia com uma cesta de *commodities*. É algo artificial-



“ O FED (BANCO  
CENTRAL AMERICANO)  
É MAIS  
DESCENTRALIZADO  
E INDEPENDENTE.  
OS OUTROS SÃO  
RECONHECIDOS  
POR SEREM MAIS  
ALIADOS AO TESOURO  
OU AO GOVERNO

”



mente criado. Na teoria funciona, mas na prática, fazer as pessoas aceitarem é o grande problema.

**Conselhos – QUAL O PRINCIPAL MODELO DE BANCO CENTRAL NO MUNDO? EXISTE ALGUM?**

*Horwitz* – É uma pergunta interessante. Todos são um pouco diferentes. O Fed é mais descentralizado e mais independente, outros são reconhecidos por serem mais aliados ao tesouro ou ao governo. Eu não acho que ninguém fale que haja modelos, mas sim graus de independência e centralização, mas eu não chamaria de modelos.

**Conselhos – O QUE VOCÊ ME DIZ DO BANCO CENTRAL DA NOVA ZELÂNDIA?**

*Horwitz* – Nos últimos 20 anos eles têm sido um ótimo exemplo. Eles instituíram metas de inflação muito cedo, eu não os acompanho de perto, mas eles possuem um controle rígido de inflação, eles fizeram uma série de reformas na economia muito boas na década de 80.

**Conselhos – VOCÊ CONHECE ALGUMA COISA DO BANCO CENTRAL BRASILEIRO OU SUA ESTRUTURA?**

*Horwitz* – Eu sei que vocês tiveram hiperinflação que souberam controlar, eu sei que vocês utilizam metas de inflação e tem ido muito bem recentemente, embora tenham ficado dentro do topo da meta no último ano, mas eu não sei muito sobre a estrutura ou quem é o presidente.

**Conselhos – O PADRÃO OURO-DÓLAR LEVOU UM AUMENTO DA CONFIANÇA DO DÓLAR MUNDIALMENTE. ISSO NÃO AUMENTOU O PODER DE**

**SENHORIAGEM? ISSO NÃO É BOM PARA A ECONOMIA AMERICANA?**

*Horwitz* – Se colocarmos o dólar resgatável em ouro hoje eu não sei quanta senhoriagem o Fed conseguiria. O que poderia acontecer é colocar algum limite no Fed em criar mais e mais dólares. Pois se ele criar muito, as pessoas começariam a trocar por ouro a todo momento e o Gold Drain irá dizer para o Fed, “você precisa parar, não podemos mais perder ouro”. Para mim qualquer padrão ouro seria bom para colocar algum senso econômico no Fed, pois é mais difícil de fazê-lo inflacionar.

**Conselhos – PARA O SENHOR, O QUE É UM SISTEMA BANCÁRIO INDEPENDENTE?**

*Horwitz* – A maneira mais simples de dizer é que nós tratamos qualquer banco da mesma maneira que tratamos qualquer outra empresa. Nós deixamos os bancos desenvolverem os produtos que os consumidores querem enquanto os bancos mantiverem seus compromissos, não quebrem seus contratos, não cometam fraude, não usem força. Se seus clientes querem moeda, o banco oferece a eles moeda. Se eles querem contas correntes, o banco dá a eles contas correntes. O que eu quero dizer é que deixe os bancos fazerem isso. Quando você deixa os bancos fazerem isso, eles vão oferecer moeda e contas correntes resgatáveis em alguma *commodity*, eles vão operar com reservas fracionárias e fazer todo tipo de coisas que os bancos fazem quando estão nesse tipo de sistema. ■

# HOSPITAL SÍRIO-LIBANÊS E SENAC. UM DOS MAIS IMPORTANTES HOSPITAIS DA AMÉRICA LATINA E A REFERÊNCIA EM HOTELARIA AGORA JUNTOS.

“A parceria Hospital Sírio-Libanês – Senac une as experiências de um dos mais importantes Centros de Educação do país à de um Hospital que prima pela excelência no atendimento com calor humano, em prol de especializar profissionais que estarão prontos para ocupar as melhores posições desse mercado em franca expansão.”

**Ivana Lucia Correa Pimentel de Siqueira**

Superintendente de Atendimento e Operações do Hospital Sírio-Libanês

## SENAC E SÍRIO-LIBANÊS. UMA PARCERIA MAIS DO QUE ESPECIAL.

Todo mundo sabe que o Senac é referência em hotelaria. Por isso, ele continua buscando alternativas para sempre formar profissionais de qualidade. Dessa vez, uma parceria foi firmada com o Hospital Sírio-Libanês para que os alunos do Senac Aclimação possam desfrutar de toda sua infraestrutura. Eles terão exclusividade para vivenciar o dia a dia de um dos maiores hospitais da América Latina e se tornar especialistas em Hotelaria Hospitalar. Faça como os milhares de alunos que já vieram para o Senac e garanta sua vaga no mercado de trabalho. **0800 883 2000** [www.sp.senac.br](http://www.sp.senac.br)



# O que é gestão de saúde corporativa para você?

Por Carlos Suslik, Diretor da PwC Brasil e especialista em consultoria em gestão no setor de saúde

**H**á certo consenso entre os economistas a respeito do entendimento de que o Brasil já vive ou caminha para uma situação de pleno emprego. Ainda que a crise persista na Europa e que a economia dos Estados Unidos enfrente dificuldades para se recuperar, não parece razoável imaginar, neste momento, uma reversão de expectativa muito grande a respeito da continuidade da evolução da economia brasileira, incorrendo, claro, na demanda por capital humano qualificado.

Mais do que as estatísticas apontam, a percepção generalizada de empresários e gestores de recursos humanos, independentemente do porte ou ramo de atuação da organização, é de que no momento falta mão de obra qualificada no mercado e cada vez está mais difícil identificar, atrair e reter talentos que suportem o negócio e o

faça crescer. Desta forma, oferecer salários e benefícios em linha com os concorrentes e em equilíbrio às demais atividades econômicas se tornou uma condição básica na disputa pelo recrutamento e manutenção de bons quadros profissionais e, entre os benefícios oferecidos ao empregado presente e futuro, está a disponibilização de um plano de saúde – isso não é mais percebido como um diferencial, mas uma condição elementar para atrair talentos. Por outro lado, os planos de saúde corporativos já se tornaram o principal custo dentre os benefícios concedidos pelas empresas brasileiras e a segunda maior fonte de despesa, atrás somente da folha de salários.

Tal situação impõe aos administradores enxergar a gestão da saúde corporativa como um elemento estratégico na condução da empresa e não apenas algo pontual. Não



se trata mais, nesta perspectiva, de aplicar um punhado de pequenas medidas isoladas para “cuidar” da saúde do colaborador no ambiente de trabalho. O tabagismo, por exemplo, é a principal causa a provocar problemas de saúde e casos de afastamento de profissionais. Com certa recorrência, algumas empresas acreditam estar enfrentando esse desafio ao aderirem ao “Dia Sem Tabaco”, mas esquecem de proibir o fumo em suas dependências ou deixam de oferecer auxílio psicológico para que o vício possa ser abandonado, apenas para mencionar algumas iniciativas básicas.

Portanto, a gestão da saúde corporativa está longe de ser simplesmente agir de forma pontual ou contratar um plano de saúde por critérios de preço para atender a uma demanda de um grupo de funcionários ou sindicato.

Ações integradas e coordenadas, pautadas pela efetividade e eficácia, orientadas por objetivos claros a serem alcançados em curto e longo prazos, desponta como a abordagem mais eficiente para uma correta gestão de saúde corporativa. Como tudo aquilo que tem objetivo, agir de forma planejada e contando com métricas bem construídas para aferir o resultado são condicionantes essenciais, pensando-se sempre no aperfeiçoamento e na continuidade desta política organizacional.

Talvez porque na maior parte das vezes esta ação não esteja precedida e acompanhada dos requisitos apontados, a saúde corporativa tem sido foco crescente de preocupação de administradores não apenas para encontrar meios de reduzir gastos, mas porque pode gerar resultados impor-

tantes no tratamento dos funcionários. Em resumo, gerir adequadamente a saúde corporativa tende a promover uma força de trabalho melhor preparada, impactando diretamente na produtividade da empresa.

Quando este plano estratégico é desenhado, há que se ter em mente um conjunto coordenado de ações. O princípio começa por um investimento pesado na educação em saúde do funcionário: ensinar as medidas individuais que são importantes para promover o autocuidado e compartilhar a responsabilidade da saúde de cada um. Em outros termos, envolve romper o atual ciclo vicioso de que o responsável pela saúde é o profissional da área e ao paciente cabe apenas uma ação passiva.

Orientar ao colaborador também sobre a forma mais adequada de usar a rede de assistência à saúde contratada pela empresa, fugindo da simples entrega do livrinho com nomes e endereços de prestadores de serviço, é outro elemento-chave neste processo. Afinal, há que se compartilhar responsabilidades e até alianças estratégicas com bons prestadores de serviços, o que deve gerar resultados benignos nos custos de planos. O simples fato de o plano ser de co-pagamento e co-participação pode ser um forte elemento para o colaborador ser disciplinado sobre como e quando usar o benefício, mas a ferramenta de educação em saúde é sempre melhor no longo prazo do que medidas coercitivas.

Conter a sinistralidade depende também de outras iniciativas integradas. A melhor forma de gerenciar e monitorar o que impacta neste custo é a empresa entender a sua população e como ela utiliza o plano de saúde. Isso passa por identificar quais são

OFERECER SALÁRIOS  
E BENEFÍCIOS EM  
LINHA COM OS  
CONCORRENTES  
E EM EQUILÍBRIO ÀS  
DEMAIS ATIVIDADES  
ECONÔMICAS SE  
TORNOU UMA  
CONDIÇÃO BÁSICA  
NA DISPUTA PELO  
RECRUTAMENTO  
E MANUTENÇÃO  
DE BONS QUADROS  
PROFISSIONAIS



os casos recorrentes, quais doenças crônicas aparecem nesse grupo de profissionais e como ele está sendo atendido. Sugere-se avaliar quais medidas podem ser tomadas para melhor direcionar o tratamento do paciente, aperfeiçoando seu nível de satisfação, diminuindo a permanência no hospital e tornando o tratamento mais eficiente, ao reduzir a redundância de esforços e gastos na consulta de diversos profissionais da saúde, na exploração demasiada de distintas especialidades e até mesmo na realização de exames por vezes desnecessários.

Cada indivíduo deve ser orientado para que tenha uma noção muito clara de responsabilidade por sua própria condição, levando-o a ser o principal responsável por monitorar e tomar as ações necessárias para conter o avanço e consequências das fases agudas das doenças crônicas. Monitorar essa população, oferecendo suporte ativo e constante, é uma função clara do gestor da saúde corporativa.

O uso de indicadores adequados de performance que se traduzam em informação realista e relevante para a tomada de decisão contribui bastante para este processo. Evidentemente que, a despeito de toda a gestão implementada, podem existir grandes divergências entre a percepção do funcionário quanto ao benefício que lhe está sendo dado e o que a empresa acredita estar oferecendo. A pesquisa de opinião interna e a transparência na comunicação são ferramentas que podem ajudar a mudar ou ajustar essa percepção, bem como a melhorar o benefício ofertado, de acordo com as necessidades dos funcionários.

Não há, entretanto, como duvidar que uma gestão integrada da saúde corporativa melhora muito o ambiente de trabalho, ajuda a atrair e preservar bons profissionais e resulta em ganhos de produtividade para a organização. Porém, para fazer toda essa diferença, é preciso ser desenvolvido da maneira correta. ■



**SESCSP** FECCOMERCIO SP

**Aqui tem a presença do comércio**





# VAMOS APIMENTAR NOSSO RELACIONAMENTO?

O **Programa Relaciona** é uma iniciativa inédita da FecomercioSP para fortalecer o comércio, os serviços e o turismo no Estado de São Paulo. É um ambiente digital que integra informações, produtos e inúmeras vantagens que vão integrar ainda mais sindicatos, contabilistas, gestores, financeiro, advogados e empresários destes setores. E revolucionar os seus relacionamentos.

Acesse [www.programarelaciona.com.br](http://www.programarelaciona.com.br) e confira.

 **programa**  
relaciona

  
**FECOMERCIO**SP  
Representa muito para você.

# Um grande ano para o debate ambiental

A Rio+20 comemora os 20 anos da mais importante conferência internacional sobre meio ambiente e sustentabilidade, a Rio-92, e será a grande oportunidade para discutir a implementação de uma economia verde. Dá para desperdiçar essa oportunidade? **Por Karla Spotorno**



Quem se preocupa com a construção de um mundo mais sustentável tem um grande ano pela frente. Em junho, o Brasil vai sediar o evento mais importante da última década sobre meio ambiente, economia e sustentabilidade. É a Rio+20, conferência internacional organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir economia verde e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. O nome marca o aniversário de 20 anos da Rio-92, a conferência que criou os principais marcos regulatórios sobre o assunto.

Neste ano, a conferência não tem o propósito de criar novas convenções ou tratados, como foi a Rio-92. O objetivo é renovar o compromisso político com o desenvolvimento sus-

tentável e discutir temas novos e a implementação de decisões já tomadas. “O mundo está se tornando cada vez mais insustentável. Está na hora de agir”, disse Sha Zukang, secretário-geral da ONU para a Rio+20, à imprensa durante a visita de trabalho ao Brasil na primeira semana de março. Uma das propostas das conferências expressas no *draft zero* (minuta zero, em português) é discutir o uso do PIB (Produto Interno Bruto) como principal medida do desenvolvimento dos países e definir indicadores mais amplos. Seriam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Eles seriam baseados nas Metas do Milênio, criadas pela ONU em 2000 e que tratam de questões fundamentais como o fim da miséria, o ensino de boa qualidade até a redução da mortalidade infantil.



*Fabio Feldmann, consultor de sustentabilidade: faltam indicadores confiáveis*

“ HÁ UM DÉFICIT DE LIDERANÇA QUE SÓ PODE SER SUPRIDO PELA PRESENÇA DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF. DEPENDE MUITO DO ESFORÇO DA PRESIDENTE EM ASSUMIR O SENSO DE URGÊNCIA QUE O ASSUNTO EXIGE E CONVIDAR OS CHEFES DE ESTADO PARA A CONFERÊNCIA ”

A expectativa é que a conferência atraia cerca de 50 mil pessoas para as atividades que ocorrerão entre os dias 13 e 22 de junho em nove diferentes lugares, do centro da cidade do Rio de Janeiro até o autódromo do Jacarepaguá. A conferência entre os governos ocorrerá no Rio-Centro. Cerca de 79 delegações já confirmaram presença, segundo relato da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. A previsão é que 150 países estejam representados no encontro.

Os primeiros entraves para o sucesso da Rio+20 começam aqui. Não há a certeza de que os principais chefes de Estado estarão presentes. O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, está no meio da corrida presidencial. Na China, os líderes chineses também se preparam para escolher um novo presidente nesse ano. O primeiro-ministro da Grã-Bretanha, David Cameron, sinalizou que não viria à conferência, marcada para dias depois da comemoração dos 60 anos da Rainha Elizabeth II à frente do reino, segundo o jornal britânico *The Guardian*. A primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel, conduz as negociações sobre as medidas para solucionar a crise financeira na União Europeia.

A crise mundial tem sido uma das principais explicações para que a conferência não seja um momento de decisões duras e que levem a uma maior desaceleração econômica. “É uma justificativa completamente equivocada. O aquecimento global não espera uma declaração da Angela Merkel. Ele está acontecendo”, afirma o físico José Goldemberg, presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP e vencedor em 2008 do Prêmio Planeta Azul, considerado o Nobel do Meio Ambiente.

Para Zukang, eleições e assuntos internos dos países não deveriam abalar a participação dos governos na discussão sobre desenvolvimento sustentável. “Em ano de eleições, as grandes figuras políticas estão muito preocupadas com o pleito para tratar de outros assuntos. Mas digo a eles que não se preocupem. Sustentabilidade é uma questão que deve unir oposição e situação”, afirmou o secretário-geral da ONU para a Rio+20.

Na opinião do consultor em sustentabilidade Fabio Feldmann, cabe à presidente Dilma Rousseff assumir a tarefa de convocar os líderes governamentais. Para ele, somente a presidente Dilma conseguirá interromper um ciclo vicioso que levaria a conferência ao fracasso. Sem o propósito de gerar deliberações e novas obrigações aos países, a Rio+20 torna-se pouco atrativa para alguns chefes de Estado. Sem a participação dos líderes governamentais, a conferência corre o risco de acabar sem nenhuma tomada de decisão. Essa possibilidade enfraquece ainda mais a pauta do evento. “Há um déficit de liderança que só pode ser suprido pela presença de Dilma. Depende muito do esforço da presidente em assumir o senso de urgência que o assunto exige e convidar os chefes de Estado para a conferência”, afirma Feldmann, conselheiro da FecomercioSP.

Para a advogada Rachel Biderman, consultora sênior do World Research Institute (WRI) no Brasil, a Rio+20 é uma grande oportunidade que não pode ser desperdiçada com discussões vazias. É preciso agir. “A gravidade do problema é tão grande que não há mais tempo para diagnósticos”,

## A RIO-92 FEZ HISTÓRIA

***A conferência de 1992 desencadeou a criação de convenções internacionais relevantes – como a do clima e a da biodiversidade – e gerou a Agenda 21, documento que até hoje norteia o desenvolvimento sustentável***

*Há 20 anos, a palavra sustentabilidade não era ouvida com frequência nos meios de comunicação. Não era tema de campanhas públicas. Nem tinha virado bandeira da maioria das grandes empresas no Brasil. Em 1992, a realização da segunda conferência internacional sobre meio ambiente da Organização das Nações Unidas no Rio de Janeiro suscitava o questionamento sobre a finalidade do evento. Quais seriam os resultados práticos da reunião? Qual o impacto das decisões de representantes de 172 países, entre eles o presidente dos Estados Unidos, George H.W. Bush? Qual o significado da Rio-92 para a população?*

*Depois de duas décadas, a relevância da Rio-92 é notória. A partir da conferência, surgiram convenções internacionais – como a da biodiversidade biológica e a do clima – e a Agenda 21, considerada o principal documento produzido na Rio-92. A agenda é um programa de ação que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Estabelece recomendações sobre como alcançar o desenvolvimento sustentável abrangendo aspectos como saúde, lixo, saneamento, energia, transporte. Das três cúpulas realizadas até agora, a Rio-92 foi a mais relevante para o estabelecimento de normas e diretivas. A primeira ocorreu em Estocolmo em 1972. Foi quando a ONU criou o Pnuma, que deve ser reestruturado na Rio+20. “A partir de Estocolmo, surgiram ministérios do meio ambiente em vários países”, afirma o físico José Goldemberg, presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP. Em 2002, as Nações Unidas realizaram o terceiro encontro, dessa vez em Johannesburgo.*



*Nas últimas duas décadas, o debate ambiental gerou uma série de avanços no marco regulatório ambiental no Brasil, na avaliação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo. “Do ponto de vista da Secretaria do Meio Ambiente, podemos citar como pontos positivos as leis de Crimes Ambientais, da Mata Atlântica, do Cerrado, o Estatuto das Cidades, a Política Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Estadual de Mudanças Climáticas.”*

*Para Rachel Biderman, consultora sênior do World Resources Institute (WRI) no Brasil, a herança da Rio-92 no Brasil é ainda maior. “O nível de percepção sobre o assunto aumentou consideravelmente entre os cidadãos, nos governos, nas empresas”, afirma. Passados 20 anos da Rio-92, a discussão de uma forma de viver e produzir mais sustentável deixou – felizmente – de ser uma preocupação somente de ambientalistas.*

“ A MINUTA ZERO  
DA CONFERÊNCIA  
TEM 128 PARÁGRAFOS  
E 120 DELES  
SERVEM APENAS  
PARA REAFIRMAR  
DECISÕES QUE  
JÁ FORAM TOMADAS.  
DAS OITO RESTANTES,  
UMA BOA PARTE TRATA  
DE QUESTÕES INTERNAS  
DA ONU ”



*José Goldemberg, presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP*

afirma a doutora em gestão pública e coordenadora do curso Gestão para o Baixo Carbono da Fundação Getulio Vargas (FGV) em São Paulo.

Um dos alertas de Rachel no Brasil é quanto ao baixo investimento em pesquisa em tecnologias limpas e a escassez de bolsas para a formação de cientistas e especialistas nesse setor. Feldmann concorda e faz uma crítica. No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apura com excelência diversos índices sociais e econômicos, mas padece da falta de indicadores ambientais, como a perda de solo fértil. “Falta financiamento de capacitação e massa crítica”, afirma o consultor.

Faltam também instrumentos econômicos que tornem mais acessíveis à população os produtos e serviços de baixo impacto ambiental, na avaliação de Rachel. Uma chance de baratear os alimentos orgânicos, por exemplo, e transformá-los em um produto de massa seria criar isenções fiscais para os produtores que não utilizam agrotóxicos. Outra iniciativa seria onerar a produção que faz uso excessivo de pesticidas e produtos químicos.

Como medida prática, Feldmann defende a certificação de bens e serviços e cita o exemplo da carne. Quando as redes de supermercados rejeitaram a carne produzida a partir do desmatamento da Amazônia, como havia denunciado o Greenpeace, as empresas conquistaram um duplo resultado. O primeiro foi pressionar os produtores a investir em práticas ambientalmente corretas e a fiscalizar os seus fornecedores. O segundo

foi mobilizar os consumidores quanto à pecuária destrutiva. O consultor afirma que a iniciativa exige o trabalho conjunto entre o setor público, responsável pela gestão da regulação, as empresas, os cientistas e os consumidores.

Na Rio+20, propostas como essas não estão na pauta, no chamado *draft* zero. Criticada por cientistas e ambientalistas, a minuta zero da conferência traz poucas novidades, na avaliação de Goldemberg. “O documento tem 128 parágrafos e 120 deles servem apenas para reafirmar decisões que já foram tomadas. Das oito restantes, uma boa parte trata de questões internas da ONU”, afirma.

Entre essas questões está a proposta de fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Criado na primeira conferência internacional em Estocolmo, em 1972, o programa não tem o prestígio e o poder político dentro das Nações Unidas que os ambientalistas consideram necessários. Quem trabalha com sustentabilidade aprova a proposta. “A questão do meio ambiente não pode ser considerada menos importante. E precisa estar atrelada à alta cúpula da ONU. Por isso, a relevância da discussão sobre a governança”, afirma Rachel.

Feldmann concorda e afirma que “o déficit de governança é muito claro”. Ele considera que a criação de uma organização mundial do meio ambiente, nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC), seria uma solução oportuna. Permitiria a discussão mais pragmática sobre a sustentabilidade na gestão pública e privada entre os países.

Entre as propostas do *draft* zero avaliadas de forma positiva por Goldemberg, estão algumas relacionadas a energia, a sua especialidade. Uma delas fala do compromisso que os países deveriam firmar para dobrar a parcela da energia renovável na matriz mundial. “É algo bom, mas é um dos poucos pontos novos que o documento traz”, afirma o presidente do Conselho de Sustentabilidade da FecomercioSP.

Até a conferência em junho, o documento passará pela avaliação da sociedade e dos governos. Estão previstas duas rodadas de negociações em março e final de abril e uma reunião preparatória para o evento. Para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo, há tempo: “A ONU tem divulgado amplamente a documentação base, para discussão entre os governos, e proposto reuniões preparatórias para que estes trabalhos sejam realizados em conjunto e a tempo para o evento”.

A missão dos participantes até o final da conferência é ir além dos documentos. É o que espera a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. Na primeira semana de março, durante a reunião preparatória da Rio+20 com a ONU no Brasil, Izabella mostrou sua preocupação em buscar consequências práticas para a conferência. “Queremos caminhos concretos, de resultados”, disse à Agência Brasil. O mesmo discurso foi feito pelo secretário-geral da ONU. “Nosso trabalho não é falar, mas agir. Não percam mais tempo em conversas, em apenas produzir papéis. É claro que temos de produzir documentos, mas é preciso implementá-los”, afirmou na entrevista coletiva que concedeu no Rio de Janeiro. ■

**UNIMOS GRANDES  
ENTIDADES POR  
UMA BOA CAUSA:**



# A SUA.

A Fecomercio Arbitral reúne a credibilidade, a seriedade e a tradição de algumas das entidades empresariais, jurídicas e representativas mais importantes do País: a **FecomercioSP**, o **SEBRAE-SP**, a **Câmara de Arbitragem Internacional de Paris**, a **OAB-SP** e o **Sescon- SP**. Além disso, conta com um corpo de árbitros altamente qualificado e um ambiente privado, exclusivo e dedicado. Ou seja, tudo o que você precisa para resolver a sua causa jurídica de maneira rápida, segura e imparcial.



*Para mais informações ligue 11 3254-1759,  
ou envie um e-mail para [arbitral@fecomercio.com.br](mailto:arbitral@fecomercio.com.br)*



# Busca de melhoria do ambiente de negócios no País

**A**ssumimos a presidência do recém-criado Conselho de Assuntos Tributários da FecomercioSP com ânimo e a convicção de que já passou a hora de o empreendedorismo dar um basta às sufocantes carga tributária, burocracia e aos inúmeros entraves ao desenvolvimento do País.

Em seus mais de cinco séculos de existência, o Brasil se configurou como uma terra de confisco, onde os tributos extrapolam as suas reais finalidades e se assemelham a verdadeiros parasitas, sugando as energias, as alternativas e as possibilidades de crescimento das empresas e dos cidadãos.

O desamparo governamental, os mais diversos entraves e ônus recaem ao segmento produtivo nacional mesmo antes de o Brasil ser efetivamente uma nação, desde os tempos de colônia, onde os 20% de todo ouro extraído era usurpado pela Coroa Portuguesa, ganhando o sugestivo apelido de “o quinto dos infernos”.

De lá para cá, conquistamos a Independência, em seguida nos tornamos República, avançamos no século 21, hoje somos cerca de 200 milhões de brasileiros e, no entanto, continuamos

escravos da tributação, sufocados pelo insaciável sorvedouro de riquezas por onde já escoam cerca de 40% do nosso Produto Interno Bruto.

Ao lado da carga tributária está a burocracia. Certamente, um dos maiores desafios do empresário brasileiro hoje é manter-se atualizado diante de uma legislação fiscal gigantesca, que cresce diariamente, com leis truncadas, mal elaboradas e, muitas vezes, nocivas para o segmento produtivo e para a população. Junto a isso, a atual dinâmica fiscal brasileira que coloca o contribuinte no papel de fiscalizador de si próprio, situação que demanda constantemente a criação de inúmeras obrigações acessórias, que sobrecarregam as empresas e ainda as desviam da sua atividade fim.

O aumento do Custo Brasil está intrinsecamente ligado a esse panorama burocrático, tendo em vista que o empreendedorismo direciona tempo e dinheiro para o acompanhamento dessa legislação nas três esferas governamentais, e ainda para o cumprimento das exigências fiscais. Assim, passam a contribuir menos que o seu verdadeiro potencial para o desenvolvimento do País.

Não se pode deixar de mencionar também outro papel que tem recaído ao contribuinte: o de financiador do Estado. Tendo que comprar e vender suas mercadorias para pagamento em 30, 60 ou 90 dias, e, na outra ponta, recolher impostos como o ICMS praticamente à vista, esses empresários, em especial os micros e pequenos, muitas vezes se veem sem recursos para investir, planejar e fazer crescer seu negócio.

Com isso, cada vez mais a balança das relações entre fisco e população torna-se desequilibrada, gerando um injusto e muitas vezes cruel sobrepeso para o contribuinte. Principalmente se levarmos em conta a gritante desproporção entre o muito que se paga e o pouco recebido sob a forma de serviços.

Por fim, acrescenta-se a essa lista de desafios às empresas nacionais a evolução da inteligência fiscal brasileira, que alcançou o seu clímax na última década, com o surgimento e a consolidação da certificação digital, fato que transformou profundamente e definitivamente o relacionamento fisco-contribuinte.

Esse novo contexto trouxe novos e grandes desafios ao empreendedorismo. O que antes era visto como opcional ou até mesmo luxo, como a profissionalização da gestão fiscal, hoje é imprescindível para que a organização enfrente todas as imposições trazidas pelo governo. Investimentos em tecnologia da informação, capacitação de pessoas e educação continuada também passaram a fazer parte da agenda das empresas.

A capacidade de cruzamento de dados, amarrações e averiguações atual do governo demanda a uniformização de processos, o alinhamento de procedimentos e a consistência dos dados apresentados, nas mais diver-

sas obrigações acessórias impostas. Por isso, planejamento, controle e gestão se transformaram em palavras de ordem para o sucesso das organizações.

E é exatamente em virtude dessa sofisticação fiscal, que vem reduzindo significativamente a sonegação no País, que é chegada a hora de o empreendedorismo se unir e exigir o emprego desta mesma inteligência também no controle dos gastos públicos. Mas ainda, exigir respeito, condições e oportunidades para produzir.

Esta é a nossa missão no Conselho de Assuntos Tributários, que se propõe a ser um fórum de debates e discussões com o intuito de encontrar alternativas para tudo o que afeta o empreendedor e o contribuinte em nosso País. Faremos vigilância diuturna para evitar que se aprovem leis, em âmbitos Municipal, Estadual e Federal, que prejudiquem o setor produtivo, e o mesmo esforço em apoiar aquelas que tragam incentivos, oportunidades e simplificações.

Hoje, muitas vezes, o empreendedorismo brasileiro é tratado como vilão, carregando todo o ônus de um país deficiente em diversos aspectos e convivendo com uma legislação feita pela exceção, em que uma maioria honesta paga pelos erros de uma minoria desonesta. Assim, com o apoio de toda a diretoria da Fecomercio-SP e o reforço de todos os conselheiros do CAT, temos a missão de mostrar o verdadeiro papel do segmento produtivo: de gerador de empregos e renda e de principal agente de desenvolvimento do País. ■

Presidente do Conselho  
de Assuntos Tributários da FecomercioSP

# Menos violência, mais negócios

---

O Brasil já avançou de maneira significativa no combate à violência, mas ainda persistem problemas na área que impactam no ambiente de negócios

**Por Iolanda Nascimento**

---



**N**a última década, o Brasil tem dado saltos importantes no combate à violência, afirmam os especialistas em uníssono quando analisam tanto os dados gerais como os de alguns Estados que têm avançado muito em suas estratégias de segurança pública. O País aumentou os investimentos e reduziu os índices de criminalidade, colocando em curva descendente os números de crimes importantes que balizam as avaliações internacionais na área. No entanto, as estatísticas nacionais mostram-se ainda comparáveis, e muitas vezes superiores, às de países em guerra ou em conflitos civis, o que prejudica a competitividade da nação e impede um desenvolvimento econômico mais vigoroso. Com 40.974 homicídios dolosos em 2010, considerando dados preliminares do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública, perdeu-se mais do que o dobro de vidas aqui do que a média anual de mortes na Guerra do Iraque, em torno de 16,5 mil, conforme informações do Pentágono.

Nos conflitos atuais da Síria, iniciados em março do ano passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima 7,5 mil mortes até meados de fevereiro último, número semelhante à somatória de homicídios dolosos registrados em apenas dois Estados brasileiros, Paraná (3.276) e São Paulo (4.321), em 2010. O primeiro estudo global sobre homicídios, lançado no final do ano passado pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC, na sigla em inglês), mostra 22,7 mortes por 100 mil habitantes no Brasil, em 2009, com o 26º lugar do ranking mundial e o 3º na América do Sul, atrás apenas da Ve-

nezuela (49 por 100 mil) e da Colômbia (33,4). “A criminalidade diminui as possibilidades de negócios, deteriora o capital humano e desestabiliza a sociedade”, diz o estudo da UNODC, observando que foram 468 mil homicídios cometidos no mundo em 2010, sendo 36% do total na África, 31% nas Américas, 27% na Ásia, 5% na Europa, e 1% na Oceania.

Esses dados, reunidos a outros igualmente importantes no cenário da segurança pública, como os de crimes contra o patrimônio mensurados também pelo Anuário, e aliados à grande desigualdade social no País dão outra certeza à grande parte dos analistas: também são categóricos quando dizem que há muita estrada a percorrer antes de o Brasil atingir números de primeiro mundo e, certamente, o País estaria num patamar mais confortável e estável como polo de desenvolvimento de negócios e atração de investimento, do que o alcançado nos últimos anos, se a segurança pública estivesse realmente na agenda de prioridades da sociedade. “A violência já assustou mais, mas continua sendo uma variável negativa na hora de pensar em investir no Brasil, que ainda não alcançou um estágio de desenvolvimento médio e enfrenta o desafio de prover qualidade de vida com garantia de direitos e integridade física das pessoas”, analisa Ricardo Sérgio de Lima, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), que edita o Anuário Brasileiro de Segurança Pública em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça.



“ A VIOLÊNCIA TEM FORTE IMPACTO NA ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO APENAS QUANDO ELA IMPEDE A ENTRADA DE INVESTIMENTO EM DETERMINADA REGIÃO, MAS TAMBÉM QUANDO O CUSTO COM APARATO DE SEGURANÇA ”

*Melina Risso, diretora do Instituto Sou da Paz: o desarmamento retirou de circulação mais de 570 mil armas de forma voluntária. Cerca de metade dos homicídios não é caso policial, e sim cultural*



*Secretário de Segurança do Estado de Pernambuco, Wilson Salles Damázio: os números demonstram vitória na guerra contra o crime. Ano passado, foram poupadas cerca de quatro mil vidas*

“O ‘PACTO PELA VIDA’  
COMEÇOU EXATAMENTE  
A PARTIR DE UM  
DIAGNÓSTICO QUE  
PERMITIU AO ESTADO,  
QUE OSTENTAVA  
A LIDERANÇA EM  
HOMICÍDIOS, TER UM  
RETRATO DOS PROBLEMAS  
DE CADA REGIÃO,  
PLANEJAR AS SOLUÇÕES  
E INTEGRAR OS ÓRGÃOS”

Para Lima, essa variável negativa entra na conta, elevando o custo Brasil, assim como as questões tributárias e os problemas na área de infraestrutura e mobilidade urbana. São questões como essas apontadas por Lima as mais citadas como fatores problemáticos para fazer negócios no Brasil, de acordo com Relatório Global de Competitividade 2011-2012 do Fórum Econômico Mundial. Mas nesse ranking de competitividade, no qual o Brasil ocupa o 53º lugar e conquistou cinco posições em relação ao anterior, crimes e roubos aparecem em 11º lugar em uma lista de 15 fatores apontados como os mais problemáticos para o ambiente de negócios no País.

No ranking geral dos 142 países que compõem o estudo, quando a questão é em que medida a incidência de crime e violência

acarreta custos para as empresa, o Brasil está na 120ª colocação, sendo que quanto mais longe das primeiras colocações pior é o cenário. O País obteve 4,2 de pontuação, ante média mundial de 5,1. Outro estudo global, desta vez o Conflito, Segurança e Desenvolvimento, elaborado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), aponta que 35% das empresas na América Latina identificam o crime como o principal problema e que a “violência acarreta pesados ônus econômicos”. “A violência tem forte impacto na atividade econômica não apenas quando ela impede a entrada de investimento em determinada região, mas também quando o custo com aparato de segurança para estar nessa localidade é muito alto, o que impede também que o desenvolvimento chegue lá. Ou seja, a violência é causa, mas também é consequência”, afirma Melina Risso, diretora do Instituto Sou da Paz, uma organização da sociedade civil dedicada à prevenção da violência.

“Não basta ser a 6ª economia do mundo. Certamente, os investidores precisam de um clima de segurança para fazer negócios”, diz o professor titular de sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, José Vicente Tavares dos Santos, observando, entretanto, que o País tem conseguido reduzir os indicadores de criminalidade, resultado também do aumento dos investimentos no combate à violência. Os próprios números do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram essa inflexão: a taxa de homicídios por 100 mil habitantes caiu de 21,9% em 2009 (42.023 no total) para 21,5% em 2010 (40.974). Por outro lado, os gastos com segurança pública subiram 4,4% na mesma base

de comparação, alcançando R\$ 47,5 bilhões, sendo que a União despendeu 33,5% mais, totalizando R\$ 9,7 bilhões em 2010, diz Lima, do FBSP. Incluindo municípios, as despesas correspondem a 1,36% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e incluem desde policiamento e defesa civil a investimentos em sistemas de informação e inteligência.

Mas apenas aumentar os investimentos não basta, dizem os especialistas. “É preciso aplicar e gerir bem os recursos para continuar avançando. O Brasil tem um sistema de segurança pública caro, ineficiente e que não consegue fazer frente às necessidades. Aqui se gasta o mesmo que na Alemanha e mais do que na França, em termos de comparação com o PIB, mas não temos retorno nessa medida, já que as taxas de criminalidade são maiores”, afirma o secretário-executivo do Fórum.

## O processo nos Estados

---

Os especialistas opinam que é preciso ter um diagnóstico dos problemas de segurança de acordo com cada região e a partir daí delinear estratégias de combate à criminalidade aliada a planos de prevenção, com estipulação de metas e acompanhamento árduo dos resultados, para aperfeiçoar as ações.

São Paulo – um caso de sucesso reconhecido inclusive internacionalmente pela redução de 72% nos homicídios, nos últimos 12 anos –, Pernambuco e Rio de Janeiro são exemplos. Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, o Estado “foi o que mais reduziu homicídios nos últimos dez anos, passando da 4ª posição para a 25ª entre as 27 unidades da federação”, ou a

10,5 por 100 mil habitantes, em 2010, mostra o Anuário. Seu investimento médio na área mal ultrapassava os R\$ 2 bilhões nos anos 1990 e este ano vai a R\$ 14 bilhões.

O secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Wilson Salles Damázio, diz que o 'Pacto Pela Vida', denominação do projeto iniciado há cinco anos, começou exatamente a partir de um diagnóstico, o que permitiu ao Estado, que ostentava a liderança em homicídios, ter um retrato dos problemas de cada região, planejar as soluções e integrar os órgãos, incluindo as polícias e outras secretarias, necessários para a implementação.

"Em 2007, quando foi iniciado o diagnóstico, foram R\$ 18 milhões e neste ano serão R\$ 87,5 milhões. Esse valor é apenas para investir em equipamentos, construção, inteligência, entre outras prioridades. Não entra custeio, que está no orçamento." Os salários dos policiais e agentes, que também recebem bonificações por metas alcançadas, subiram entre 50% e 90%, com a folha de pagamentos passando de R\$ 1,007 bilhão, em 2007, para R\$ 1,784 bilhão, no ano passado. Com isso, reduziu consideravelmente seus índices. "A violência era ascendente, em 2006, quando o Estado apurou 4.638 mortes. Ano passado, foram 3.494, mas nesse período foram poupadas mais de quatro mil vidas, que teriam sido perdidas se continuasse a escalada de violência."

No Rio de Janeiro, até bem pouco tempo muito castigado pela forte ação das quadrilhas de narcotráfico e das milícias, vivia uma situação de "quase guerra civil" em 2007, antes de iniciar seu projeto de segurança, como afirma o coordenador geral de programas estratégicos da Secretaria de Estado de Segurança Pública, coronel Alexandre Souza. O plano traçado in-

cluía reduzir a letalidade violenta e o roubo nas ruas e de carros, além de retomar para o controle do Estado as áreas dominadas pelo crime organizado, ação já internacionalmente reconhecida como Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e, basicamente, instalada nas comunidades carentes da capital fluminense.

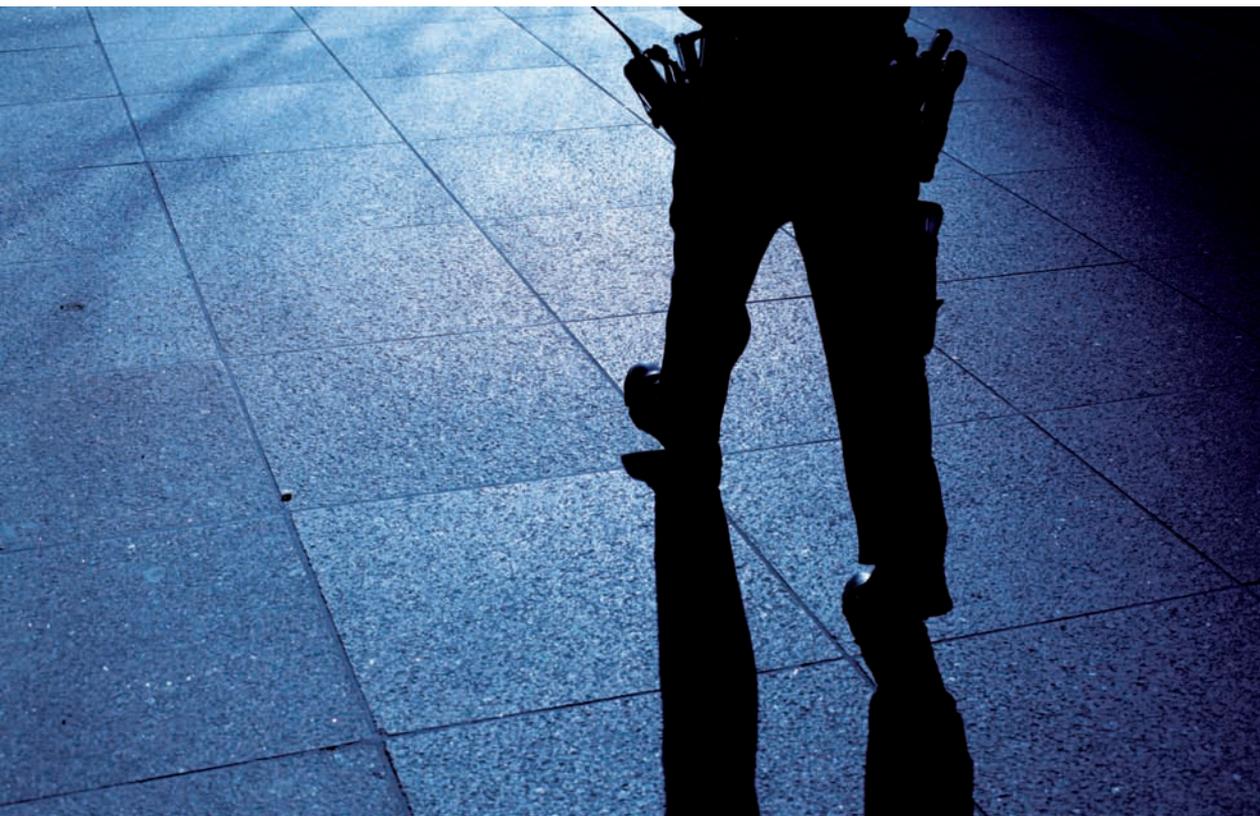
"A capital tem sido o principal foco de atuação e concentramos as ações inicialmente nela porque conseguiríamos resolver 80% dos problemas. Mas, hoje, já estamos analisando outras regiões." No Rio, secretarias, órgãos públicos e polícias estão engajadas no plano, que tem metas semestrais a serem alcançadas, diz o coronel. Apenas entre 2010 e 2011, os crimes de letalidade violenta caíram 14,8%, os roubos cometidos contra as pessoas nas ruas, 15,2%, e o de carros, 6,3%. "Em 2000, a capital registrava 46 mortes por 100 mil habitantes e agora a taxa de homicídio é de 22, bem próxima da nacional, e quase todas as metas previstas para 2014 já foram alcançadas", observa Souza.

"Existem ações importantes e com resultados acontecendo no País. O que é preciso é integrar e acelerar esses esforços porque o ritmo, quando se olha o todo, está muito lento. É fundamental colocar a reforma do sistema de segurança na agenda pública", analisa Santos, que acredita também que o Brasil precisa investir em uma "cultura da paz", já que boa parte da violência no País é oriunda de conflitos domésticos e entre vizinhos. "Cerca de metade dos homicídios não é 'caso policial' e sim cultural. Por isso, o Brasil conquistou ganhos expressivos quando desenhou uma lei, em 2003, que impede os civis de andarem armados e regulamenta o porte de armas e instalou uma campanha permanente de de-

sarmamento”, endossa Melina. “Desde 2004 já foram retiradas de circulação mais de 570 mil armas, por meio de entrega voluntária.”

Todas essas ações, entretanto, ainda não reduziram a percepção da violência, que é ainda maior do que a realidade, avaliam os especialistas. “Há uma cultura do pânico instaurada”, diz o sociólogo Pedro Guerra, diretor da BRAiN Brasil Investimentos & Negócios, entidade criada em 2010 com a finalidade de difundir a imagem da região latino-americana e do País como polo de negócios, acredita que essa percepção é maior internamente e baliza sua opinião nos números do Investimento Estrangeiro Direto (IED, que em 2011 atingiu US\$ 66,7 bilhões com alta de mais de 37% sobre o ano anterior.

“Quando o investidor se desloca para fazer negócios, ele vai averiguar a questão da segurança física, ela é importante, mas pelos dados internacionais perceberá que São Paulo ou Rio de Janeiro, por exemplo, apresentam índices compatíveis, ou melhores, com os dos principais centros de negócios. Os indicadores de homicídios de São Paulo são mais baixos que os de Washington e Chicago.” Guerra afirma que o brasileiro tem uma visão pior do que a do investidor e muitas vezes dissemina lá fora essa imagem negativa. “Avançamos bastante. Antes se discutia que era necessário mais policiamento, depois que era necessário qualificar a força policial. Hoje, a discussão é outra, de remuneração, estrutura, inteligência e integração.” ■



Ministério da  
Cultura

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

e



Eletrobras apresentam:

**Sextas às 21h30, Sábados às 21h e Domingos às 19h.**

*Teatro Raul Cortez*

*Rua Doutor Plínio Barreto, 285 - Bela Vista.*

*Vendas pela Internet: [www.ingressorapido.com.br](http://www.ingressorapido.com.br) e telefone: 4003-1212*



*Don Juan*  
*de Molière*

# APOSTAR NO CRESCIMENTO PESSOAL É PROFISSIONAL DE ALGUÉM É APOSTAR NO FUTURO DE UM PAÍS INTEIRO.

Em 1946, o governo federal atribuiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de implantar, em todo o país, escolas de aprendizagem comercial. Para viabilizar essa imensa tarefa, foi criado o Senac. Um passo que o Brasil inteiro estava dando rumo ao futuro.



Desde a sua criação, o Senac sempre procurou um jeito diferente de ensino e aprendizagem, com enfoque empreendedor e um olhar especial para a população economicamente desfavorecida e para o desenvolvimento de comunidades. Programas como o de Rede Social, o de Desenvolvimento

CURSOS LIVRES, TÉCNICOS, DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.



Local, o site [www.setor3.com.br](http://www.setor3.com.br) e a política de concessão de bolsas já multiplicaram as chances de muita gente. Só nos últimos três anos, foram concedidas mais de 113 mil bolsas de estudo. O resultado de tudo isso é um Senac que ajuda a construir o futuro das pessoas e de todo o nosso país.



Hoje, o Senac é referência de qualidade em todas as áreas oferecidas e inclui uma editora e dois hotéis-escola entre seus empreendimentos educacionais. Acompanhe em nosso portal, [www.sp.senac.br](http://www.sp.senac.br), a ampliação da nossa rede de unidades, da nossa política de bolsas de estudo e da nossa programação.

RENAN ROSSETINI LARA  
Aluno bolsista



0800 883 2000  
[www.sp.senac.br](http://www.sp.senac.br)



FECOMERCIO/SP

Aqui tem a presença do comércio

senac  
são paulo